



SLE

EXERCÍCIO 1994

RELATÓRIO DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1994

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MACROESTRUTURA DA SLE	
SÍNTESE	6
ENQUADRAMENTO	10
CRIAÇÃO DA SLE	11
ESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA	11
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COOPERAÇÃO	13
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	14
ACTIVIDADE COMERCIAL	15
REDE DE DISTRIBUIÇÃO	16
RECURSOS HUMANOS	23
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
DOCUMENTOS DE APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO	50
ANEXO ESTATÍSTICO	63

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
MACROESTRUTURA DA SLE	4
SÍNTESE	6
ENQUADRAMENTO	10
criação da SLE	11
ESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA	11
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COOPERAÇÃO	13
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	14
ACTIVIDADE COMERCIAL	15
REDE DE DISTRIBUIÇÃO	19
RECURSOS HUMANOS	23
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	58
ANEXO ESTATÍSTICO	63

Se a elaboração do Relatório de exercício de um ano de actividade constitui uma oportunidade especial para reflectir sobre o que fizemos e o que queremos fazer, o de 1994 exige uma particular e aprofundada atenção.

De facto, como sabemos, foi em 18 de Agosto de 1994 que foi criada a SLE - Electricidade do Sul, S.A., por cisão da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., e conforme decisão da sua Assembleia Geral.

O presente Relatório de Exercício é, portanto, o primeiro que é elaborado pela SLE - Electricidade do Sul, S.A., herdeira directa da extinta Direcção Operacional de Distribuição Sul (DODS) da EDP.

A constituição e início de actividade da SLE é, assim, o acontecimento mais relevante do ano de 1994, justificando a atenção primeira desta mensagem.

A nova Empresa, terá maior autonomia de acção do que a ex-DODS — embora balizada por políticas estratégicas, designadamente nas áreas Financeira, Comercial e de Recursos Humanos, definidas pelo Grupo EDP, ao qual nos orgulhamos de pertencer — exigindo em contrapartida uma acrescida responsabilidade.

Para o desenvolvimento da sua actividade no novo figurino empresarial, a SLE adoptou e implantou uma estrutura orgânica adequada, cuja flexibilidade importa aumentar e cuja descentralização importa manter e aprofundar.

A relação da Empresa com os seus Clientes - seguros de que estes constituem a nossa razão de ser - mereceu uma atenção especial a todos os níveis, melhorando e ajustando sistemas, métodos, processos, instalações e competências.

Mantivemos uma atitude de rigor na facturação e cobrança das vendas de energia eléctrica, participações e prestações de serviços aos nossos Clientes, tendo sido mesmo possível iniciar a recuperação de débitos atrasados, mercê de negociações cuidadas e persistentes.

Pode-se agora dizer que a cobrança da nossa facturação está praticamente controlada. Isto é, tudo o que facturamos cobramos, com excepção do que respeita ao difícil segmento "Estado e Organismos Oficiais", cujo tratamento, naturalmente, não dominamos.

No ano de 1994 passámos a ter a responsabilidade comercial pelos Clientes alimentados em muito alta tensão (MAT), o que significa um relacionamento directo com todos os segmentos de Clientes localizados no "território" da Empresa.

À Formação dos nossos colaboradores foi dedicada grande atenção, cientes da sua indispensabilidade para atingirmos melhores padrões de qualidade e melhor satisfazer os nossos Clientes.

Merece destaque especial a formação na área comportamental dos trabalhadores da Empresa que detêm a responsabilidade pelo contacto directo com os Clientes.

Igualmente a Segurança no trabalho foi objecto de cuidado acompanhamento, sendo de realçar o inovador "Concurso de Segurança 94", lançado com objectivo de usar a competição entre equipas como meio de motivar os trabalhadores para a Segurança. Os resultados foram animadores.

A SLE e os seus colaboradores mantiveram um elevado grau de disponibilidade e empenhamento na melhoria, consolidação e lançamento dos grandes Sistemas Empresariais, (a nível do Grupo EDP), dos

quais destacaremos, pela sua relevância e inovação os Sistema de Gestão de Obras (SGO), Sistema de Gestão de Incidentes (SGI) e Sistema de Informação Geográfico (SIG), todos eles integrantes do ambicioso e esperançoso Projecto "Sistema Integrado de Redes de Distribuição" (SIREN).

A qualidade técnica do serviço prestado aos Clientes, medida por indicadores internacionalmente aceites, revelou tendência para a melhoria, fruto dos investimentos feitos nas Redes de Distribuição, mas também de uma mais cuidada e eficiente gestão dessas Redes. Sabemos que a melhoria é ainda insuficiente, mas vamos no bom caminho.

O Programa de Investimentos 1994, oportunamente aprovado, foi cumprido com grande rigor, o que revela elevada competência e empenhamento por parte dos Quadros Técnicos responsáveis e dos Trabalhadores em geral.

Na área dos Aprovisionamentos, essencial para os Programas de Investimentos e Conservação das Redes de Distribuição, verificou-se um comportamento digno de registo. Foi possível atingir uma taxa de cobertura de 2,2 meses, sem que as rupturas de abastecimento tivessem posto em causa o cumprimento desse Programa. Também a área administrativa-financeira da Empresa é credora de uma palavra de apreço, pelo rigor revelado na gestão dos recursos financeiros e pela dedicação e competência com que se empenhou na complexa adaptação do Plano de Contas ao novo figurino empresarial.

Os resultados económico-financeiros alcançados traduzem uma situação sólida e carecem de confirmação/rectificação em ambiente empresarial mais estabilizado.



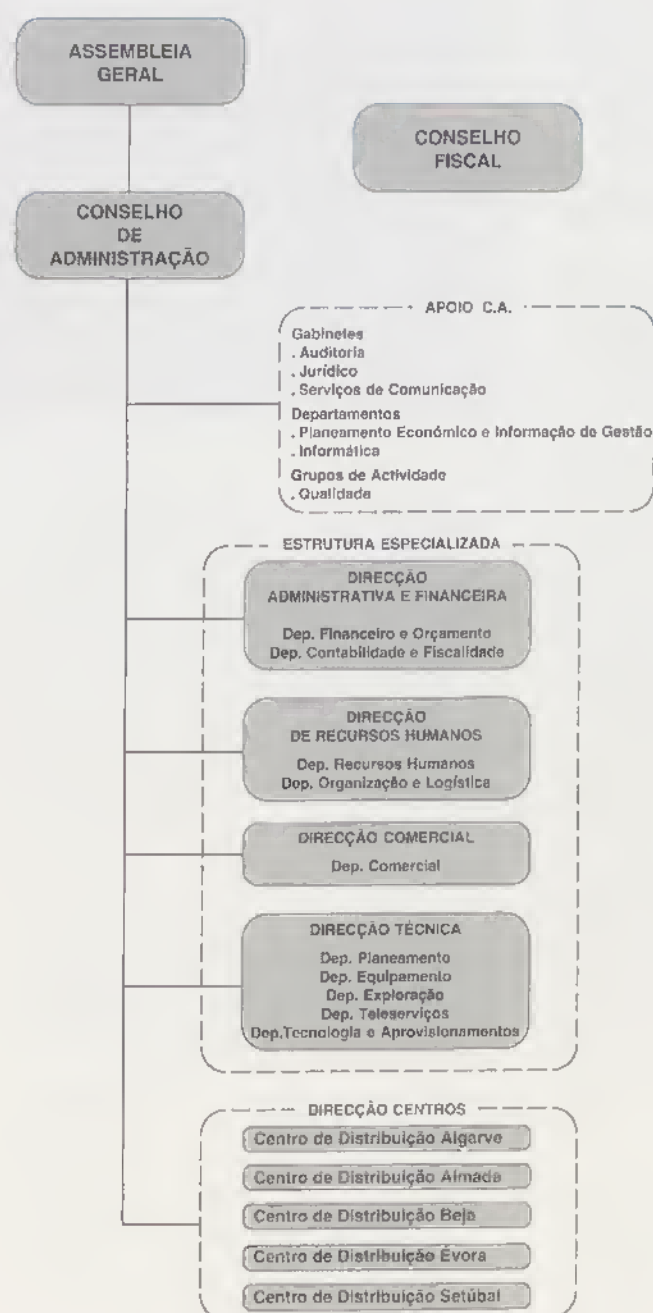
Uma referência final - e nem por isso menos importante - ao "Sistema de Gestão da Qualidade Total" (SGQT), implantado na Empresa em 1994 na sequência do desenvolvimento de acções lançadas no ano anterior. Trata-se de um Sistema no qual se deposita grande expectativa e que consideramos capaz de mobilizar os esforços e a participação de todos na melhoria global da Qualidade na Empresa, sabendo que essa melhoria não tem fim.

Concluindo, poderemos afirmar que cumprimos os objectivos de 1994, graças ao entusiasmo, dedicação e competência de todos quantos dão à Empresa o seu labor quotidiano. Esse cumprimento, sendo certamente motivo de justificada satisfação, exigirá a ambição e o engenho necessários para que cheguemos ainda mais longe em 1995, norteados pela necessidade de assegurarmos, cada vez melhor, o serviço que prestamos à comunidade onde estamos inseridos.

- 1
- 2
- 3

2 - Dr. José A. de Matos Taborda Farinha
1 - Eng. Júlio Moraes Sarmiento de Barros
3 - Eng. Manuel Jorge Correia Minderico

MACROESTRUTURA DA EMPRESA



Mesa da Assembleia Geral

Eng.º António Leite Garcia

Presidente

Eng.º Joaquim Manuel Pinto de Araújo Rangel

Vice-Presidente

Eng.º Manuel José Saramago Areias Pereira

Secretário

Conselho Fiscal

Dr. Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar

Presidente

Dr. Carlos Bernardes

Vogal (ROC)

Bch. Cristóvão Dória Machado

Vogal

Conselho de Administração

Dr. José António Matos Taborda Farinha

Presidente

Eng.º Júlio Moraes Sarmiento de Barros

Vogal

Eng.º Manuel Jorge Correia Minderico

Vogal

Direcções

Dr.ª. Maria Isolda Figueiredo da Silva

Direcção Administrativa e Financeira (DAF)

Dr. Eduíno Guilherme Vieira Pires

Direcção de Recursos Humanos (DRH)

Eng.º Manuel José Saramago Areias Pereira

Direcção Técnica (DTC)

Eng.º José Pereira de Resende do Nascimento

Direcção Comercial (DCM)

Direcção de Centros (Avocado pelo CA)

Eng.º Armando Fernandes Bernardo

Centro de Distribuição Algarve

Dr. José Manuel Basílio Chorão

Centro de Distribuição Almada

Eng.º António Augusto Alves

Centro Distribuição Beja

Eng.º Rubens Marruaz Seixas

Centro Distribuição Évora

Eng.º João Carlos Nogueira dos Santos

Centro de Distribuição Setúbal



1. A SLE foi criada por cisão da EDP, por decisão tomada em 18 de Agosto de 1994. O balanço inicial foi, no entanto, reportado a 1 de Janeiro de 1994.

A Empresa adoptou uma estrutura descentralizada para melhor responder às necessidades dos clientes. A Qualidade, num sentido de melhoria contínua e de mudança cultural, a modernização, com a difusão de novas facilidades pelos serviços, e o reforço das ligações com os clientes e as autarquias foram linhas mestras essenciais do seu posicionamento.

2. No seu primeiro ano de actividade, a Electricidade do Sul, apresenta resultados positivos da ordem dos 3,4 milhões de contos e uma estrutura financeira equilibrada.

Os Resultados Líquidos antes de impostos, atingiram 4 423 mil contos tendo sido fortemente influenciados pela dotação para o nível de referência da correcção de hidraulicidade, pela dotação da provisão para reformas antecipadas e para o fundo de pensões.

A análise de rentabilidade económica apresenta indicadores com alguma expressão, neste primeiro ano de actividade. Em termos dos Resultados Líquidos, a Rentabilidade dos Capitais Próprios atinge os 3,8% e, considerando os Resultados Operacionais, a Rentabilidade do Activo Total situa-se nos 7%. Por seu lado o Turnover, dado o volume de activos fixos característicos de uma empresa capital-intensivo, não ultrapassa os 41,6%.

Conjuntamente, a estabilidade do escudo determinou que as diferenças de câmbio influenciassem positivamente os resul-

tados alcançados, assim como o comportamento das taxas de juro durante o exercício de 94.

As vendas de energia atingiram os 79 810,5 milhares de contos. Em termos de aquisição de energia, a REN situou-se como o principal fornecedor, representando 96% do total.

O Valor Acrescentado Bruto *per capita*, foi de 17,2 milhares de contos, enquanto que as Vendas por Trabalhador se situaram em 37,3 milhares de contos.

3. A estrutura financeira da Empresa apresenta-se com considerável solidez já que a solvabilidade total é de 1,9 e em que o Passivo Total, incluindo subsídios ao Investimento, representa 52,5% do total do Activo.

Da dívida de financiamento de 34,2 milhões de contos, atribuída à SLE no início do ano, efectuou-se uma amortização de 4 150 mil contos, tendo-se ainda gerado, na conta corrente que a Empresa mantém com a Holding um saldo favorável de cerca de 9 milhões de contos (ainda que não tenha existido a compensação financeira de vários dos movimentos efectuados em fim de exercício).

Com a criação da SLE foi inserida no balanço inicial uma dívida de clientes, posteriormente compensada.

Tendo em conta o atrás referido, os créditos sobre clientes sofreram uma redução de 535 milhares de contos, atingindo um montante de 9 827 milhares de contos o que representa 11,7% das Vendas (com IVA) e corresponde a um prazo médio de cobrança de 32 dias.

4. O Investimento a Custos Técnicos alcançou os 12 295 milhares de contos, acrescidos de 463,6 de encargos financeiros. O Cash-Flow, na acepção tradicional, atingiu cerca de 11 milhões de contos, enquanto que as comparticipações de clientes e de Fundos Comunitários registaram 3,1 milhões, o que evidencia capacidade de autofinanciamento.

5. Salienta-se a retoma do aumento dos consumos de electricidade, em quase todos os escalões de tensão (4,1% em BT; 9,4% na BTE; 7,2% na MT). Com a transferência para a SLE dos consumidores MAT, o fornecimento directo a consumidores cresceu globalmente 10,9% em relação ao ano anterior.

A Produção Independente cresceu significativamente (39,7%), embora com um peso reduzido no total da energia entrada (apenas 3,1%).

Mantém-se a estrutura da venda da energia por níveis de tensão, com predominância da BT (54%).

As perdas (perdas comerciais) registam uma diminuição de 8,5% para 7,8%, o que se atribui, em parte, ao aumento das vendas em MAT e AT, e ao esforço desenvolvido na melhoria das redes de distribuição e optimização das potências instaladas.

O número de clientes (811 319 em BT e 2 358 em MAT/AT/MT) tem vindo a aumentar com regularidade, a uma taxa moderada: 2,6% em 1994, 2,4% em 1993 e 2,3% em 1992.

Completada a electrificação em superfície, o aumento do número de clientes

depende, essencialmente, do crescimento demográfico e da construção de segundas habitações.

As alterações ao tarifário nacional e a evolução dos consumos, onde pesam os clientes de MAT, que passaram a ser geridos pela SLE a partir de Maio, conduziram a um preço médio de venda de 19\$99/kWh.

Os preços médios de venda (a valores constantes) mantêm a tendência para a descida, verificada desde há vários anos, sendo essa descida em 1994 de 4,4% no conjunto das vendas SLE, em 1994.

6. A exploração e o desenvolvimento da rede foram balizados pelo objectivo de melhoria da qualidade de serviço. Na alta e na média tensão foi a nível da interligação entre instalações, possibilitando o socorro mútuo, que se desenvolveram os maiores esforços, mas cabe também salientar o prosseguimento da remodelação de redes de baixa tensão.

Em termos de continuidade de serviço o principal indicador utilizado - Tempo de Interrupção Equivalente - foi de 6h 03m, o mais baixo de sempre registado nas redes agora exploradas pela SLE.

O investimento orçamentado no valor de 12 297 milhares de contos, a custos técnicos, foi integralmente concretizado, tendo o comprimento de linhas em exploração aumentado 99 km na AT, 864 km na MT e 1 081 km na BT.

As facilidades de telecomando de instalações e os sistemas de comunicações, para apoio à exploração foram significativamente ampliadas. Por outro lado alguns dos edifícios passaram a dispor de redes integradas de voz e dados.

8. No final do ano o total de trabalhadores ao serviço da SLE era de 2 099, representando uma redução de 48 em relação ao ano anterior, dos quais 18 com contratos a termo. As categorias profissionais 'Quadros Superiores e Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados' representavam 67% do Quadro Permanente.

Integravam o Quadro Permanente da SLE 2 148 trabalhadores, 71 dos quais se encontravam a prestar serviço fora da Empresa.

Na sequência da cisão da EDP, a SLE assumiu ainda responsabilidades referentes a 63 trabalhadores de empresas de serviços do Grupo.

Mereceu particular atenção a formação profissional, designadamente o desenvolvimento de competências comportamentais na área Comercial.



criação da SLE

A SLE-Electricidade do Sul, S.A. foi constituída por cisão do património da EDP-Electricidade de Portugal, S.A., de harmonia com a deliberação da respectiva Assembleia Geral, tomada no dia 18 de Agosto de 1994, e nos termos do Decreto-Lei nº7/91, de 8 de Janeiro. Conforme a acta de cisão da EDP, S.A. as contas de cada uma das empresas do Grupo são reportadas a 1 de Janeiro de 1994.

O balanço inicial, reportado a 1 de Janeiro de 1994, compreende um activo total de 167 449 milhares de contos, um passivo de 79 845 milhares de contos, dos quais 34 176 de empréstimo do accionista, e capitais próprios ou equiparados no valor de 87 603 milhares de contos.

A SLE encontra-se inserida no Grupo EDP e tem como objecto social a distribuição e venda de energia eléctrica. A sua actividade desenvolve-se nos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro. Em termos de área de actuação, meios materiais e humanos a SLE é, no fundamental, a autonomização empresarial da antiga Direcção Operacional de Distribuição Sul (DODS) da EDP, sendo em relação à DODS que foram estabelecidos os termos de comparação para efeitos históricos.

Como consequência da cisão, durante o ano transacto houve que realizar, a nível da Empresa, um importante esforço de adaptação de procedimentos e sistemas de tratamento de informação à nova realidade empresarial. Já foi possível concretizar a transferência de alguns registos do património imóvel da EDP para a SLE.

A divisão de responsabilidades dentro do Grupo EDP conduz a que se mantenham

no seio da Holding importantes competências nomeadamente nos capítulos financeiro, comercial e de recursos humanos. O relacionamento entre a SLE e as empresas do Grupo vocacionadas para a prestação de serviços, passou a reger-se privilegiadamente através de contratos programa.

A aquisição da maioria dos materiais e equipamentos para conservação e investimento na rede de distribuição contínua centralizada na Direcção Central de Tecnologia e Aprovisionamentos (DTA), que tem também um importante papel na normalização tecnológica.

estruturação da empresa

A macroestrutura da Empresa foi concebida para permitir responder às necessidades dos clientes através de um elevado nível de operacionalidade. A Empresa possui uma Estrutura Especializada, com funções de coordenação nas diversas áreas de actividade, que assegura também a gestão da rede de alta tensão e o relacionamento com os clientes de alta e muita alta tensão. A SLE encontra-se dotada de uma estrutura descentralizada, assumindo os Centros de Distribuição um papel de relevo, sendo responsáveis, numa base regional, pelas vertentes técnica e comercial ao nível da média e da baixa tensão.

Aposta na Qualidade

Para responder às tendências que se manifestam e intensificam no sector eléctrico nacional e internacional torna-se necessário criar melhores condições de competitividade e produtividade.

Neste contexto, foi considerado que a “Qualidade” seria uma componente estratégica do futuro da Empresa, tendo-se configurado uma lógica de mobilização de todos os colaboradores que os levasse a assumir como seus os objectivos da Empresa, incentivando a sua participação activa em acções de melhoria contínua.

Para o efeito, desenvolveu-se uma organização coordenada ao mais alto nível, compreendendo ‘Círculos de Qualidade’, ‘Comités de Qualidade’ e ‘Núcleo da Qualidade’, que já produziu importantes recomendações de melhoria quanto a condições de trabalho e nas áreas técnica, comercial e administrativa.

Modernização

No decurso de 1994 desenvolveram-se acções de modernização dos serviços, integrando na gestão corrente potencialidades que o desenvolvimento dos sistemas informáticos e de telecomunicações têm vindo a disponibilizar. Parte significativa destas acções foram enquadradas no Projecto SIREN, que abrange o conjunto das Empresas Distribuidoras do Grupo.

Completou-se o levantamento e a introdução das características técnicas e dimensionais de toda a rede MT no suporte lógico DINIS, universalizando-se o uso dessa ferramenta de planeamento.

A interligação SEGEC-SGO, com especial incidência na normalização de procedimentos no tratamento de pedidos de ramal, foi estendida a toda a Empresa.

Numa acção precursora a nível do Grupo, em alguns edifícios da Empresa foram instaladas redes estruturadas, integrando voz e

dados, facilitando a comunicação entre serviços e colaboradores.

Relacionamento com Clientes e Autarquias

No intuito de proporcionar aos clientes, em todas as condições, uma idêntica e boa capacidade de atendimento e rentabilizar os meios humanos e materiais envolvidos nessa actividade, reduziu-se o número de balcões não informatizados.

Facilitando o contacto por parte dos clientes, os sistemas de atendimento para comunicação de avarias e faltas de tensão passaram a ser feitos através de telefones ‘Linha Verde’, gratuitos. No CD Almada, o relacionamento com os clientes passou a fazer-se segundo o modelo uniforme proporcionado pelo Telefone Eléctrico, sendo a localização de avarias e a reposição de serviço apoiadas no Sistema de Gestão de Incidentes (SGI), que se estenderá aos outros Centros de Distribuição.

As relações com as Autarquias continuam a manter-se num nível de boa e franca colaboração mútua, traduzida, por parte da Empresa, nomeadamente na elaboração e comparticipação financeira em projectos de infraestruturas eléctricas, fornecimento de elementos e emissão de pareceres sobre Planos Directores Municipais e reforço e conservação da iluminação pública. Por outro lado, é de salientar o empenhamento das Autarquias nos processos de aquisição de terrenos destinados à implantação de instalações SLE.

Realizou-se o levantamento cartográfico, em formato digital, referenciando as redes do Centro de Almada, em associação com

autarquias e outras empresas de serviço público. Estão em negociação, com diversas autarquias, protocolos com vista à obtenção e manutenção de levantamentos idênticos, estendendo estas facilidades a outras áreas.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COOPERAÇÃO

Em colaboração com a INTERNEL, a SLE tem disponibilizado técnicos e está envolvida em diversas actividades de prestação de serviços e de cooperação com outras entidades.

Assim, prosseguiram os estudos de Organização da Exploração das Centrais e Redes da ELECTRA, na República de Cabo Verde, com a elaboração da proposta de “Organização dos Departamentos de Distribuição (condução e manutenção)” das várias ilhas.

O estudo de planeamento de redes de média tensão da EDA, Electricidade dos Açores, abrangendo 6 ilhas do arquipélago, e em que se considerou como horizonte de planeamento, o ano 2020, foi concluído.



ACTIVIDADE COMERCIAL

Política Comercial

O Sistema de Gestão da Qualidade Total (SGQT), lançado em 1993 e cujo desenvolvimento prosseguiu em 1994, reforçou e evidenciou a orientação da Empresa centrada no Cliente. Registaram-se, assim, significativos progressos numa mudança cultural a todos os níveis, que conduzirá a ordenar a actividade empresarial em função da satisfação do cliente, numa óptica de excelência dos serviços.

Definiram-se os princípios gerais da política comercial que, a nível interno, devem assentar no rigor dos processos de leitura, facturação e cobrança, na rapidez da satisfação dos pedidos de ligação, no controlo dos fluxos energéticos, na igualdade de procedimentos em todas as UC's, no controlo da metrologia e num rigoroso controlo dos custos. Paralelamente, a melhoria do relacionamento com os clientes externos implica inovação no Atendimento e a Assessoria Técnica ao cliente.

Numa perspectiva de cenários mais concorrenciais num futuro próximo, foi feito o acompanhamento da evolução dos mercados energéticos. Seguindo tendências verificadas em empresas congéneres quanto à diversificação da prestação de serviços, a SLE manifestou interesse na venda a outras entidades de serviços na área comercial. Em relação à cogeração e à produção independente, a acção da Empresa está enquadrada pela legislação em vigor.

Para criar condições que permitam melhorar a satisfação dos clientes, é necessária a formação e a motivação dos trabalhadores. Assim, decorreram várias acções de formação na área comportamental (Relacionamento com Clientes), e promoveu-se a sua participação activa na proposta de soluções de melhoria.

Movimento de Energia. Evolução dos Consumos de Electricidade.

Aquisição

O valor da energia entrada na SLE no ano de 1994 foi de 4 336,7 GWh, o que representa um acréscimo de 10,1% em relação ao ano anterior.

Este valor de energia reparte-se por 4 200,9 GWh (96,9%) de energia recebida de empresas internas ao Grupo EDP, e por 135,8 GWh de energia recebida de empresas externas ao Grupo EDP. Esta última parcela, correspondente à cogeração e produção independente, cresceu significativamente (39,7%) embora mantenha um peso reduzido no total da energia entrada (3,1%).

	1993 GWh	1994 GWh	VAR %
ENERGIA ENTRADA	3 939,9	4 336,7	10,1
REN	3 842,5	4 200,7	9,3
LTE	0,2	0,2	—
Empr. Ext. Grupo EDP	97,2	135,8	39,7
ENERGIA SAÍDA	3 803,7	3 997,1	10,9
Consumos Próprios	5,5	4,0	-27,3
Venda de Energia	3 598,2	3 993,1	11,0

O total da energia saída em 1994 foi de 3 997,1 GWh, superior em 10,9% ao verificado em 1993.

Este valor reparte-se por 3 993,1 GWh (99,9%) de venda de energia e por 4,0 GWh (0,1%) de consumos próprios.

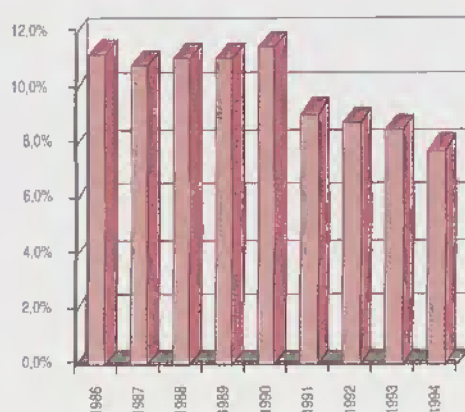
Perdas

O valor das perdas, calculado a partir da relação entre a energia total entrada na rede e a energia saída, atingiu 7,8%. Este valor reflecte não só a evolução das instalações, do ponto de vista técnico, como também o ajuste das estimativas BT à realidade.

A evolução das perdas nos últimos anos, com reduções significativas, mostra a influên-

cia do aumento dos consumos AT em 1991, derivado da transferência de clientes para a responsabilidade da SLE, e do surgimento de consumos em MAT em 1994, também em resultado da transferência de clientes. Esta evolução reflecte também a maior presteza na facturação da energia vendida, reflexo da implementação do sistema SEGEC.

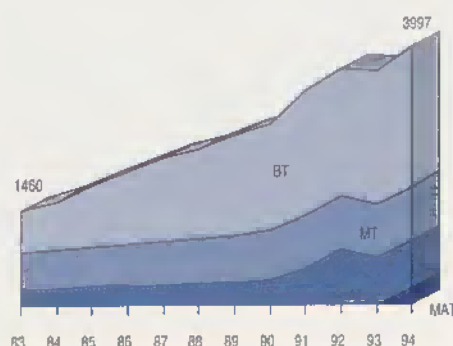
EVOLUÇÃO DAS PERDAS



Consumos

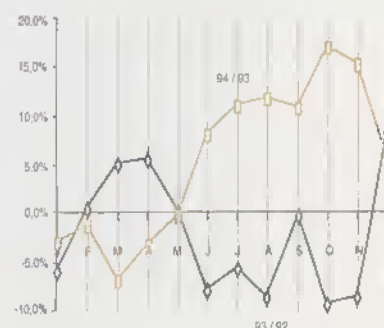
Em 1994 verificou-se um aumento do consumo de energia eléctrica de 10,9%, o qual está fortemente influenciado pela transferência de três clientes de Muito Alta Tensão, no mês de Maio. Esta evolução, considerando a totalidade dos consumos destes clientes em 1993 e 1994, seria de +5,3%. Os consumos dos restantes clientes cresceram 4%.

EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS (GWh)



Regista-se que, nos primeiros seis meses do ano, a evolução da procura de energia eléctrica foi sempre negativa, verificando-se a inflexão desta tendência no mês de Junho com uma evolução posterior francamente positiva que, a confirmar-se, estaria de acordo com a expectativa de recuperação económica do País.

EVOLUÇÃO MENSAL ANOS DE 93 E 94

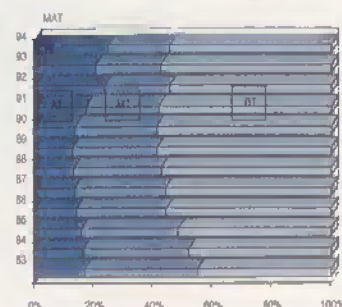


Verificou-se uma boa recuperação no segmento de mercado MT, continuando os consumos AT abaixo dos valores de 1992. O aumento da cogeração contribui igualmente para a contenção destes valores, dado que induziu reduções significativas nos respectivos fornecimentos da rede pública.

Os consumos dominantes são os relativos à BT, com um peso de 54%.

Esta estrutura dos consumos tem-se mantido praticamente inalterada nos últimos cinco anos, à excepção dos anos de 1992 e 1994, em que se verificou o aparecimento de novos clientes, com consumos significativos, nos níveis de tensão AT e MAT.

ESTRUTURA DOS CONSUMOS

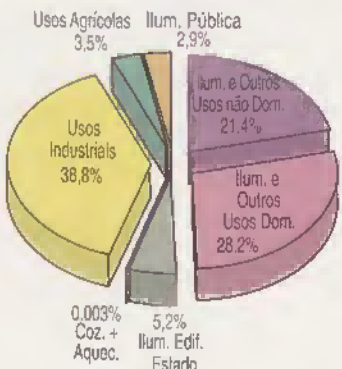


Na repartição dos consumos por sectores de actividade, verificamos uma evolução do peso dos consumos industriais para valores próximos dos verificados nos anos imediatamente anteriores a 1993, ano em que se verificou uma diminuição significativa nos consumos AT e MT.

	1992 %	1993 %	1994 %
Ilum. e outros Usos Domést.	29,3	30,5	28,2
Ilum. e outros Usos não Domést.	20,8	23,0	21,4
Ilum. Edifícios do Estado	4,7	5,3	5,2
Usos Industriais	39,1	34,6	38,8
Usos Agrícolas	3,5	3,5	3,5
Iluminação Pública	2,6	3,1	2,9

A recuperação do peso dos consumos industriais em 1994 foi influenciada pelos clientes MAT transferidos para a SLE, não sendo a evolução favorável verificada nos consumos MT suficiente para justificar a aproximação à estrutura dos consumos de anos anteriores.

**CONSUMOS DE ELECTRICIDADE
SEGUNDO OS DESTINOS EM 1994 (%)**



**Número de clientes
e sua evolução**

O número total de clientes da SLE no final de 1994 era de 813 706. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um crescimento de 2,6%, que está ao mesmo nível do verificado em anos anteriores.

NÚMERO DE CLIENTES

	1990	1991	1992	1993	1994
MAT					3
AT	10	16	16	15	18
MT	1 970	2 088	2 205	2 299	2 366
BTE		2 458	2 687	2 865	2 998
BT	725 806	748 820	769 039	787 744	808 321
TOTAL	727 786	753 382	773 947	792 923	813 706
Var. (%)	3,5%	3,5%	2,7%	2,5%	2,6%

No número de clientes AT estão contabilizados a REN e a CPPE (Sines e Setúbal), cujas entregas de energia eram consideradas cedências internas nos anos anteriores. Na MT e na BTE, nota-se uma tendência para um pequeno abrandamento no ritmo de crescimento do número de clientes.

Venda de energia

O total da energia vendida no ano de 1994 foi de 3 993,1 GWh no valor de 79 810,5 milhares de contos. Resulta deste valores um preço médio de 19\$99, o qual representa um aumento de 0,6% a preços correntes, e uma diminuição de 4,4%, a preços constantes de 1994, relativamente ao verificado em 1993 (19\$87). O total de energia vendida considerado inclui a energia em contadores.

VENDA DE ENERGIA ELÉCTRICA

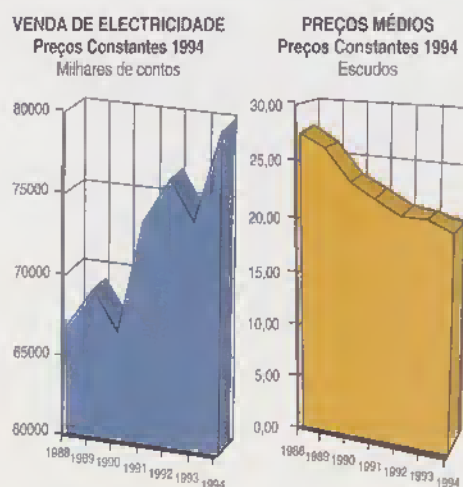
	(milhares de contos)				
	1990	1991	1992	1993	1994
MAT					2 650,4
AT	4 200,8	6 088,6	10 524,7	8 664,2	8 435,9
MT	11 157,5	12 864,7	13 883,8	14 137,1	15 519,4
BTE			4 534,8	4 971,3	5 577,5
BT	30 314,8	37 951,0	38 806,3	42 852,1	47 627,2
TOTAL	45 673,1	57 504,3	67 749,6	70 424,7	79 810,5
Adl.Ex.FAT	3 665,1	4 638,8	5 429,3	4 562,1	1 736,7

Não inclui o IVA

A análise, a preços correntes, da totalidade das receitas da venda de electricidade apon-

ta para um aumento de 13,3% relativamente ao ano passado. A mesma análise, a preços constantes de 1994, conduz a um aumento de 7,7%.

Na leitura destes números, devemos no entanto ter em atenção a venda de energia a três clientes MAT, pela primeira vez na SLE desde Maio de 1994. Expurgando o valor desta venda, chegamos a evoluções de +9,6% e +4,1% a preços correntes e a preços constantes, respectivamente.



Facturação e cobrança

Em 1994 concluiu-se a montagem das equipas de contagem adequadas que permitirão o tratamento da totalidade dos clientes AT no Sistema Comercial AT/MT/BTE.

Em consequência da aplicação da Adenda (Secção II) à Convenção Geral de Electricidade beneficiaram dos descontos nela previstos (10% e 12,5%) os três clientes MAT e sete clientes AT.

Estabeleceram-se contratos de interruptibilidade com três clientes.

No decurso do ano transacto, os clientes de Baixa Tensão foram incentivados a optar pela transferência bancária como método de pagamento. Foi assim possível atingir uma composição da cobrança, em relação ao número de facturas, de 36,2% por transfe-

rência bancária e Multibanco, 30,2% através dos CTT, tendo sido pagas aos balcões da EDP ou dos nossos agentes 33,6%.

A evolução da facturação de juros em 1994, comparativamente com os anos anteriores, pode-se considerar normal, e decorre das variações observadas na respectiva dívida. Os valores elevados dos juros facturados a clientes AT em 1993 resultaram de um caso singular, com processo de recuperação da empresa em curso.

Milhares de contos			
JUROS	1992	1993	1994
MAT+AT	27,2	63,7	16,1
MT	57,4	73,8	66,8
BTE+BT	496,7	486,5	495,2

Dívidas

Comparando 1994 com 1993 e na MT, verificou-se uma diminuição do número de ordens de corte emitidas. Este indicador demonstra alguma melhoria da capacidade financeira das empresas nossas clientes, e algum acréscimo da disciplina nos pagamentos atempados que a rigorosa política seguida tem vindo a estabelecer.

As operações contabilísticas, decorrentes da criação da SLE, inseriram no balanço inicial 1 115 milhares de contos na rubrica de créditos sobre clientes, que foram posteriormente compensados.

Para possibilitar uma análise histórica, sob o ponto de vista comercial, utilizaram-se os saldos de 31 de Dezembro de 1993.

Melhorou a relação dívida/vendas e prestações de serviços que atingia em 1994 12,2% contra 13,4% em 1993.

DÍVIDAS DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE

Milhares de contos			
	1993	1994	Var. %
Empresas do Grupo EDP		63,8	
Estado e Organismos Oficiais	754,4	882,5	+17,0
Autarquias Locais	1 129,1	943,2	-16,5
Sector Empresarial e Particulares	7 745,2	7 937,9	+2,5
Total	9 628,7	9 827,4	+2,1

A dívida de Empresas do Grupo EDP, é dívida corrente e resulta apenas da diferença de datas de emissão das facturas e da regularização contabilística automática.

A análise por sectores mostra um aumento da dívida "Estado e Organismos Oficiais" em cerca de 17% (passou de 754 para 882 milhares de contos), uma melhoria da situação na dívida das "Autarquias" (baixou de 1 129 para 937 milhares de contos), e um agravamento de 2,5% no "Sector Empresarial e Particulares" (passou de 7 745 para 7 939 milhares de contos).

Dentro do sector "Estado e Organismos Oficiais" assumem particular relevo as dívidas das Unidades Hospitalares, com um total de 381 milhares de contos. Os insistentes contactos com estas entidades permitiram estabelecer acordos de pagamento com dois dos principais devedores deste segmento.

Com dívidas superiores a 50 milhares de contos, registam-se apenas mais duas situações, correspondentes a uma concordata judicial e a uma falência.

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE

	Repartição por classes de Clientes (%)	
	1993	1994
Empresas do Grupo EDP		0,7
Estado e Organismos Oficiais	7,8	9,0
Autarquias Locais	11,7	9,6
Sector Empresarial e Particulares	80,5	80,7
Total	100,0	100,0

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Desenvolvimento da Rede

Na área em que a SLE desenvolve a sua actividade, a electrificação em superfície encontra-se praticamente concluída, embora se continuem a verificar solicitações no âmbito da electrificação agrícola e rural. Assim

sendo, a beneficiação das redes existentes constitui parte fundamental do desenvolvimento efectuado. O objectivo desenhou-se como sendo o de proporcionar condições para a redução dos tempos de interrupção, das perdas e das quedas de tensão, adequando as redes às crescentes necessidades e exigências dos clientes, estruturando-as tendo em vista suportar o desenvolvimento futuro das zonas servidas.

O estudo e implementação de novos sistemas de comando e controlo mereceu especial atenção, tendo-se prosseguido a política de instalação de telecomandos nas subestações e de preparação dos Centros de Manobras de Centro para a transmissão de dados.

Dentro da colaboração com o Projecto SIREN, foi concluído o Caderno de Encargos para a aquisição do suporte lógico e do equipamento dos futuros Centros de Manobras de Centro e Regionais.

Não sofreu alterações significativas o ritmo de construção de novas ligações destinadas à alimentação de clientes.

Rede AT

Com a entrada em serviço do novo Posto de Seccionamento de Algeruz, a 60kV, e das linhas que a ele ligam, melhoraram as condições de exploração da rede envolvente da cidade de Setúbal e tornou-se possível a dupla alimentação às subestações de Carrascas, a que correspondem consumos maioritariamente industriais, e de S.Francisco, que serve as redes de MT do Montijo.

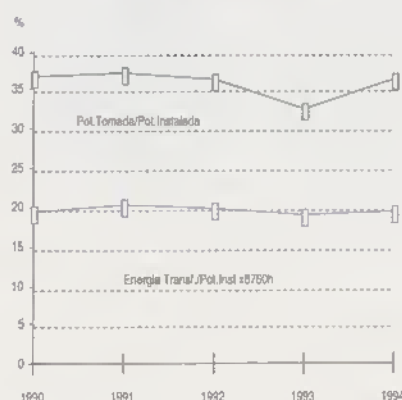
Merece também relevo a construção da linha a 60kV Monte Feio - Comporta, com 51 km de comprimento, a explorar temporariamente a 30kV, que veio proporcionar a melhoria das condições de alimentação da península de Troia.

O investimento realizado permitiu aumentar em cerca de 7,5% o comprimento de linhas de Alta Tensão e beneficiar numerosos troços, criando condições para uma melhor qualidade de serviço.

Os factores de utilização das potências instaladas nas subestações AT/MT sofreram ligeira melhoria em relação ao ano transacto verificando-se, todavia, no conjunto SLE uma certa estabilidade em comparação com anos anteriores.

Considerando reserva "n-1" nas subestações, a faixa recomendada para o factor definido pela relação potência tomada/potência instalada deverá ser entre 35% e 45%. A SLE situa-se na parte inferior desta faixa.

UTILIZAÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA EM SUBESTAÇÕES



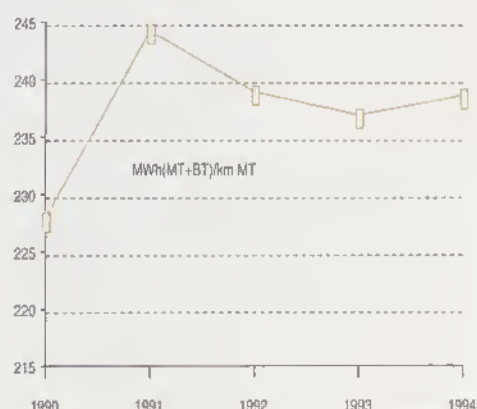
Rede MT

A possibilidade de socorro, entre subestações, através da rede MT, foi significativamente aumentada pela finalização de diversas ligações estruturais de fecho de malha. Estas realizações, especialmente relevantes no litoral Algarvio e na rede de Setúbal, vieram criar condições para uma maior continuidade de serviço, potenciando igualmente a redução de perdas.

O investimento realizado permitiu aumentar de 864 km a Rede MT aérea e subterrânea. O factor de utilização da rede MT foi de 238,8 MWh/km. Este valor mantém-se baixo

(valor de referência: 280 MWh/km), constata-se, no entanto, uma tendência para a inversão do sentido de agravamento verificado nos dois últimos anos.

UTILIZAÇÃO DA REDE MT



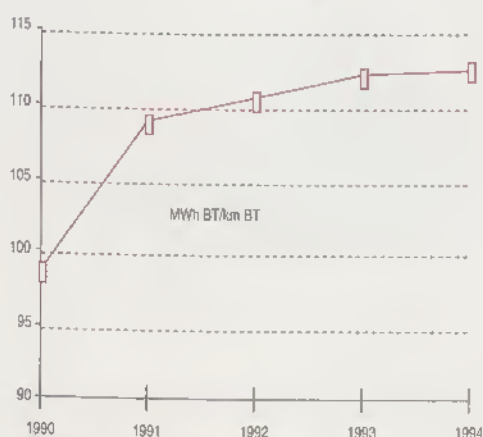
Foi praticamente concluída a conversão das redes de 6kV para níveis de tensão de 15 e 30kV. Foi transferida para a LTE a exploração das redes de alimentação de alguns clientes do concelho de Benavente, que não se encontravam na área de influência da SLE.

Rede BT

O investimento realizado permitiu, além do reforço de algumas redes já existentes, aumentar em 1 080,7 km o comprimento da Rede BT e em 436 unidades o número de postos de transformação, a que correspondeu 100,6 MVA de potência instalada, além de adaptação de potências em 157 postos de transformação, com um saldo resultante de aproximadamente 5 MVA.

Como resultado destas realizações, e do crescimento dos consumos em BT, o factor de utilização da rede BT toma o valor de 112,3 MWh/km, praticamente idêntico ao do ano anterior.

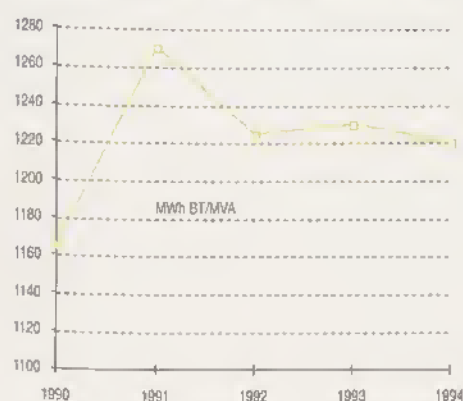
UTILIZAÇÃO DA REDE BT



Este factor de utilização da rede BT, embora com valor ainda considerado baixo (valor de referência: 120 MWh/km), tem tido uma evolução favorável.

Relativamente aos postos de transformação, a situação no final de 1994 aponta para uma estabilização, nos dois últimos anos, do indicador que relaciona o consumo em BT com a potência instalada, cujo valor é 1 220,7 MWh/MVA.

UTILIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO



Esta evolução, se levarmos em conta que o resultado obtido em 1991 se deve essencialmente à implementação do sistema SEGEC, demonstra que o programa, actualmente em curso, de racionalização das potências instaladas nos postos de transformação está a ter resultados satisfatórios.

Energia reactiva

No balanço do movimento da energia reactiva, registou-se a penalização de 82 691 MVarh que corresponde a cerca de 1,9% da energia activa entrada na rede.

Além do crescimento natural dos consumos, o atraso na montagem e colocação em serviço de baterias de condensadores, motivado por dificuldades orçamentais e técnicas, tem provocado o aumento do débito de energia reactiva pela REN, que se situava, no final de 1994, no valor de 82 691,9 MVarh, contra 77 812,5 MVarh em 1993.

A energia reactiva emitida nas horas de vazio para a rede da REN foi de 4 174,0 MVarh, em 1994 contra 4 775,6 MVarh em 1993. Este valor mantém-se praticamente inalterado, dado não ser aconselhável, nem mesmo justificável, actuar sobre a rede sem comprometer a fiabilidade da estrutura de exploração.

Qualidade de serviço

Os indicadores disponíveis, evidenciam que a distribuição de electricidade na SLE se faz com um nível de qualidade de serviço que se pode considerar bom.

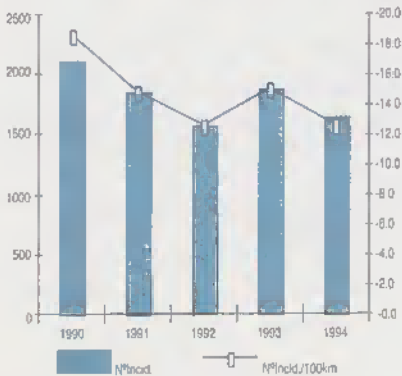
A melhoria da qualidade de serviço norteia os estudos de planeamento de redes e as intervenções, a nível mais local, de pesquisa de defeitos e de conservação em instalações que apresentem equipamentos obsoletos ou em mau estado, não garantido a continuidade e o nível dos parâmetros técnicos de serviço desejáveis.

A continuidade de serviço em 1994 é caracterizado pelo Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) de 6h 03m, a que corresponde uma Energia não Distribuída (End) estimada em 2 985 MWh.

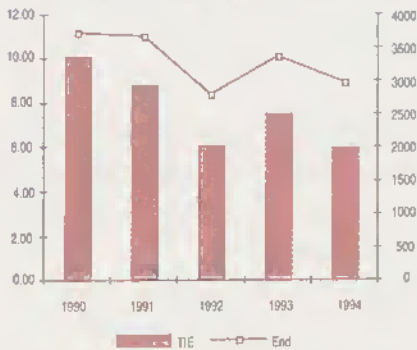
	1990	1991	1992	1993	1994
Nº Incid.	2 137	1 888	1 596	1 897	1 677
Nº Incid./100km	18,7	14,9	12,7	15,0	12,6
TIE	10,11	8,83	6,15	7,56	6,05
End (MWh)	3 727	3 672	2 810	3 379	2 985

Deve-se ter em atenção na análise desta evolução, que o ano de 1992 foi excepcional em termos meteorológicos com reflexos evidentes nos indicadores.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INCIDENTES

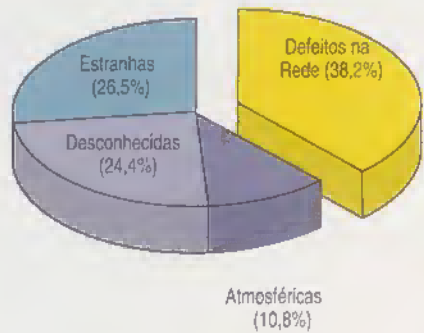


EVOLUÇÃO DO TIE E DA END



O contributo dos trabalhos em tensão em MT para esta melhoria da qualidade de serviço, pode avaliar-se pela energia continuada a vender que se estima em 6 805 MWh, a qual é 2,3 vezes superior à Energia não Distribuída com origem nos incidentes da rede. A relação entre o número de avarias e o comprimento da rede (número de avarias por 100 km de rede), separando a rede aérea da subterrânea, conduz-nos a valores de 3,4 e 11,1 respectivamente. No que se refere à

CARACTERIZAÇÃO DOS INCIDENTES. CAUSAS



rede aérea, o indicador a que se chega pode-se considerar muito bom para este tipo de redes cujos índices médios variam entre 8 e 10 avarias/100 km. O mesmo não se pode afirmar relativamente à rede subterrânea, cuja gama de índices aceitável se situa entre 4 e 5 avarias por 100 km. Este facto deve-se essencialmente a avarias provocadas por terceiros, o que deu origem à implementação de acções regionais de sensibilização dos outros utilizadores do subsolo.

Trabalhos em tensão

Muito embora nem todas as instalações tenham condições técnicas para intervenção TET, pode-se afirmar que o trabalho feito pelas equipas TET/MT continua a beneficiar a continuidade de serviço na SLE. As intervenções TET em MT e AT têm-se efectuado com a participação de Prestadores de Serviços, em regime de empreitada contínua para a MT. Dificuldades no âmbito dos recursos humanos próprios, provocadas em larga medida pelo esforço do método de trabalho à distância, levaram ao estudo e aprovação da conversão para o método de trabalho Global, mais vantajoso e permitindo obviar à dependência total de empreiteiros. Nos níveis de tensão MT, as tarefas mais frequentemente desenvolvidas pelas equipas TET/MT foram a ligação/desligação de deriva-

ções, abertura de arcos, substituição de isoladores e manutenção ou substituição de seccionadores.

No nível de tensão AT, as intervenções TET compreendem fundamentalmente acções de lavagem em tensão de linhas e parques exteriores de subestações e a reparação de linhas, com destaque para a substituição de cadeias de amarração.

RECURSOS HUMANOS

No acto da constituição da Empresa, o efectivo humano totalizava 2 204 trabalhadores, dos quais 2 169 do Quadro Permanente e 35 contratados a termo certo.

Assumiu, ainda, a Empresa as responsabilidades consignadas em Adenda ao Contrato de Trabalho de 63 trabalhadores do Quadro Permanente de quatro das Empresas de Serviços do Grupo EDP.

No segundo semestre de 1994, entrou em exploração um Sistema de Gestão de Presença e Absentismo (SGPA) integrado no Sistema Informático de Pessoal e Remunerações.

Durante o ano de 1994 concluiu-se a reorganização da estrutura operacional da Empresa (Centros de Distribuição), tendo em consideração as alterações introduzidas por uma nova concepção das actividades Comercial, Técnica e Administrativa. A nova estrutura traduz objectivos de aligeiramento da cadeia hierárquica e de maior funcionalidade operacional.

A adequação profissional dos efectivos à evolução organizacional e tecnológica, explica que a actividade da formação tenha privilegiado a reciclagem de trabalhadores das áreas Comercial e Técnica.

No âmbito da Prevenção e Segurança, merece destaque o Concurso de Segurança que, fomentando uma competição sã entre grupos, permitiu premiar 16 das 28 equipas con-

correntes. As 16 equipas chegaram ao fim do ano com zero acidentes.

Ligado aos círculos da Qualidade, arrancou no Centro de Distribuição Beja o programa "Células de Segurança", cujo objectivo essencial é estimular a noção de risco e o assumir de atitudes e comportamentos preventivos.

Quadro de pessoal e sua evolução

O número de trabalhadores do Quadro Permanente em 31 de Dezembro de 1994 era de 2 148, sendo de 2 077 o número dos que desempenhavam a sua actividade na Empresa.

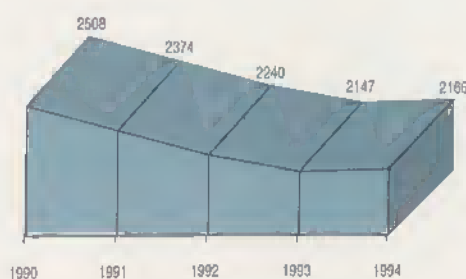
O total dos activos ao serviço da SLE era de 2 099, sendo três de fora do Grupo EDP, um de outra empresa do Grupo, e dezoito contratados a termo.

QUADRO PERMANENTE E CONTRATADOS A TERMO
(EM 31 DE DEZEMBRO). EVOLUÇÃO

	1990	1991	1992	1993	1994
Q. Permanente	2 467	2 359	2 232	2 135	2 148
C. a Termo	41	15	8	12	18
TOTAL	2 508	2 374	2 240	2 147	2 166
Variação (%)	- 4,68	- 5,34	- 5,64	- 4,15	+ 0,84

A variação de +0,8% de 1993 para 1994 é explicável pelo número de contratos de trabalho transferidos para a SLE aquando da sua formação, designadamente os de 74 trabalhadores que não integravam a estrutura dos anos anteriores.

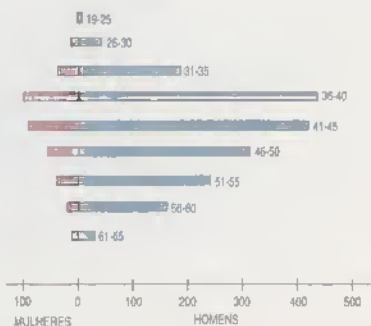
QUADRO PERMANENTE E CONTRATADOS A TERMO
(EM 31 DE DEZEMBRO)



Caracterização dos activos

Reflectindo a modernização técnica e administrativa da Empresa, os dois grupos mais representativos - Quadros Superiores (com ou sem cargos de Direcção ou Chefia Hierárquica Superior) e Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados - representavam, respectivamente, 9,3% e 57% do Quadro Permanente.

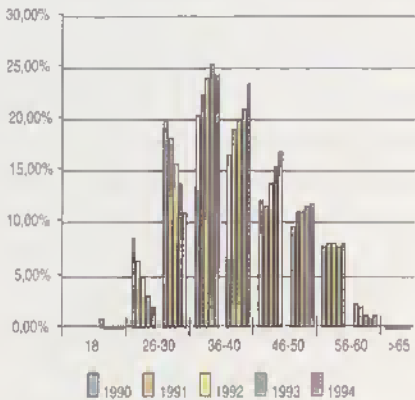
PIRÂMIDE DE IDADES



ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO DO QUADRO PERMANENTE (EM 31 DE DEZ.)

Grupo Etário	Homens	Mulheres	Total	%
18	0	0	0	
19 a 25	1	1	2	
26 a 30	37	7	44	
31 a 35	198	43	241	13,36
36 a 40	428	99	527	
41 a 45	413	96	509	48,23
46 a 50	309	55	364	
51 a 55	222	38	260	
56 a 60	158	15	173	
61 a 65	22	4	26	
> 65	2	0	2	38,41
TOTAL	1 790	358	2 148	100,00

ESTRUTURA ETÁRIA. EVOLUÇÃO



NUMERO DE EFECTIVOS POR CARGO / CATEGORIA PROFISSIONAL (EM 31 DE DEZ.)

CARGO/ CATEGORIA PROFISSIONAL	QUADRO PERMANENTE		ACTIVOS					TOTAL	
			Quadro Perm.	Quadro Perm. Out. Empr. Grupo EDP	Fora do Grupo	Contratos a termo			
	Nº	%					Quant.	%	
Corpos Sociais	2	0,09	2	—	3	—	5	0,24	
Directores/Chefias Superiores	97	4,47	86	1	—	—	87	4,10	
Quadros Superiores	125	5,82	102	—	—	6	108	5,15	
Quadros Médios	17	0,79	10	—	—	—	10	0,48	
Chefias de Secção	55	2,56	55	—	—	—	55	2,62	
Profissionais Altamente Qualificados	252	11,74	239	—	—	—	239	11,39	
Profissionais Qualificados	972	45,27	961	—	—	6	967	46,09	
Profissionais Semi-Qualificados	577	26,88	572	—	—	6	578	27,56	
Profissionais Não Qualificados	51	2,38	50	—	—	—	50	2,38	
TOTAL	2 148	100,00	2 077	1	3	18	2 099	100,00	

A política de redução de efectivos, incidindo embora sobre o segmento etário mais elevado, não permitiu o refrescamento suficiente do quadro de pessoal. A evolução da estrutura etária reflecte esta situação.

Formação profissional

A formação realizada contemplou diversas áreas com destaque para a área Comercial, a Exploração BT e MT e a Microinformática.

Na área Comercial, as acções foram dirigidas ao desenvolvimento de competências comportamentais facilitadoras de um correcto relacionamento com o cliente.

No total, realizaram-se 166 acções, envolvendo 1 181 participantes.

Das acções desenvolvidas pela Empresa, merecem destaque as de Microinformática, ligadas à instalação generalizada de aplicações em ambiente Windows.

A colaboração com Universidades e Escolas Superiores e Secundárias, consubstanciou-se na oportunidade facultada a 20 estudantes de realizarem na Empresa o seu estágio curricular. Estes estágios tiveram uma duração compreendida entre 2 semanas e 3 meses.

Numa óptica de aproximação à vida activa, realizaram estágio profissional na Empresa 10 estudantes do ensino secundário e superior.

Prevenção e segurança

Os resultados da Segurança, traduzidos pelos índices de gravidade (0,67%), de incidência (19,3%) e de frequência (12,1%), situam a Empresa num nível cultural favorável à receptividade e eficácia de acções de informação/sensibilização e formação nesta área.

No ano de 1994, registaram-se 52 acidentes, dos quais 4 de origem eléctrica.

Para a redução da sinistralidade em geral e, em particular, a dos acidentes de origem eléctrica, muito contribuíram as auditorias de segurança que totalizaram uma centena de intervenções.

Igual número de auditorias foi efectuado junto dos empreiteiros.

No campo da protecção contra incêndios, instalou-se um sistema de detecção e protecção de incêndios no edifício sede.

A particular atenção dada à Segurança Rodoviária, com vista à diminuição do número e gravidade dos acidentes de viação, traduziu-se na realização de 30 sessões de sensibilização abrangendo um total de 500 trabalhadores.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Financiamento

Com o processo de cisão da EDP, e a criação da SLE, foi atribuída a esta Empresa uma parcela correspondente à dívida total do Grupo EDP, reportada a Dezembro de 1993, no montante de 34 176 milhares de contos. Assim, a dívida de financiamento da SLE é integralmente constituída pelos débitos à Holding, nos termos da política do Grupo no que respeita à Função Financeira.

Não estando ainda definido o plano de amortização da dívida da SLE, a Holding repartiu o montante de amortizações que efectuou de forma proporcional à dívida de cada uma das empresas do Grupo.

Assim, no exercício de 1994, a dívida da SLE perante a Holding foi reduzida de 4 150 milhares de contos, ficando em cerca de 30 026 milhares de contos à data de 31 de Dezembro de 1994.

Contudo, das relações financeiras entre a SLE e a Holding, são de destacar as seguintes transacções:

	Milhares de contos
A FAVOR DA SLE	66 031,3
Transacções da ex-DODS de Janeiro a Agosto	34 716,8
Cobranças Centralizadas na Holding	12 571,8
Transferências de Fundos da SLE para a Holding	17 935,6
Rec. da Holding por conta da SLE, ou Pagamentos da SLE por conta da Holding	772,7
Outros	34,4
A FAVOR DA HOLDING	57 039,9
Transacções da ex-DODS de Janeiro a Agosto	29 021,9
Transferências de Fundos da Holding para a SLE	6 338,8
Pagamentos da Holding por conta da SLE, ou Recebimentos da SLE por conta da Holding	16 261,8
Movimento da Dívida (Amortização do Exercício)	4 149,7
Outros (inclui encargos financeiros de Set ^o a Dez ^o)	1 267,7
SALDO (A FAVOR DA SLE)	8 991,4

Como se pode constatar pelos valores apresentados, a SLE gerou, em 1994, meios financeiros superiores aos que a Holding considerou como amortização da dívida, tendo ficado um montante a nosso favor de 8 991,4 milhares de contos, constituindo o saldo da Conta Corrente da Empresa perante a Holding à data de 31 de Dezembro de 1994.

O valor de juros suportados com o financiamento da SLE prestados pela Holding, atingiram o montante de 3 195 milhares de contos, com uma taxa média de 9,95%, enquanto que as diferenças de câmbio, igualmente respeitantes àquele financiamento, foram favoráveis, no valor de 63,0 milhares de contos.

Tesouraria

Com a finalidade de se alcançar, tendencialmente, saldo zero em termos de meios disponíveis, estão implantados procedimentos, ao nível do Grupo EDP, que favorecem este objectivo, como sejam as cobranças centrali-

zadas em contas da Holding de parte importante da energia em BT, as transferências automáticas, para contas da Holding, acordadas com todos os bancos (para as cobranças efectuadas localmente) e os pagamentos a “descoberto”, com reposição pelas contas centrais, já em funcionamento na Estrutura Especializada e em 4 dos 5 Centros de Distribuição.

Os recebimentos e pagamentos relativos à SLE, efectuados em 1994, quer nas tesourarias da Empresa, quer através da tesouraria da Holding, são os constantes do quadro seguinte:

	Milhares de Contos
Rubricas	Valores
SALDO INICIAL	-389,0
Recebimentos Totais	91 709,3
De Electricidade	84 552,5
De Participações	3 600,6
Outros Recebimentos	3 556,2
Pagamentos Totais	45 650,2
Pessoal (valor líquido)	5 667,0
Compras, Empreitadas e Serv. Externos	32 167,1
Encargos Fiscais e Parafiscais	3 412,2
Outros Pagamentos	4 403,9
Saldo das Transf. de Fundos, de e para a Holding	46 577,7
SALDO FINAL	-907,6

Os valores negativos das contas de disponibilidades, no início e no fim do exercício, referem-se a saldos contabilísticos das contas bancárias de pagamentos, não correspondendo, de facto, a “descobertos” bancários, tendo a sua justificação no esquema de movimentação destas contas.

Investimento

O segmento do investimento representa uma parcela importante na actividade da SLE, pela dimensão dos recursos envolvidos. Em 1994 o investimento global atingiu, a custos totais, o valor de 12 758,8 milhares

de contos, incluindo os encargos financeiros intercalares debitados a imobilizado em curso (juros e diferenças de câmbio).

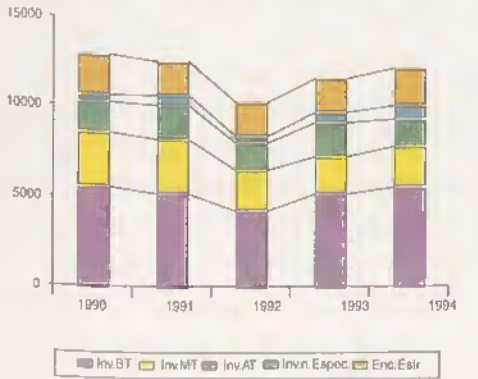
Este esforço de investimento foi integralmente suportado por meios financeiros internos, já que, para além de não se ter recorrido a novos financiamentos, foi ainda possível reduzir substancialmente a dívida da SLE à Holding. O valor do investimento a custos técnicos, no valor de 12 295,2 milhares de contos, foi superior ao realizado no ano anterior em 8,9% a custos correntes. A preços constantes de 1994, esta evolução cifrou-se por um aumento de 3,6%.

O valor do orçamento aprovado para o ano de 1994 foi de 12 297,0 milhares de contos a custos técnicos, tendo-se assim atingido uma concretização de 100%.

O detalhe do investimento realizado, por subsector específico e por custos directos, de estrutura e financeiros, é apresentado no quadro seguinte:

Milhares de contos				
Subsectores	C. Directos	C. Estrutura	Finan- ceiros	Inv. Total
Distrib. AT/MT	3 818,0	743,3	268,3	4 829,6
Distrib. BT	5 346,0	1 161,7	151,9	6 659,6
Ilumin. Pública	261,0	58,9	7,3	327,2
Equip.Acessórios	132,3	20,1	30,5	182,9
Invest. N/Espec.	688,6	27,6	5,6	721,8
Adiant.ªs Conta	37,7	0	0	37,7
Imob. em Curso				
TOTAL	10 283,6	2 011,6	463,6	12 758,8

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO
CUSTOS TÉCNICOS. PREÇOS CONSTANTES DE 1994



Após uma redução dos níveis de investimento motivada por outras prioridades e objectivos financeiros, verifica-se uma aproximação aos níveis anteriormente atingidos.

Esta retoma do investimento teve maior significado nos níveis de tensão BT e MT, denotando o esforço de melhoria da qualidade técnica de serviço prestada e da redução, ou contenção, dos níveis das perdas de energia eléctrica. A evolução do investimento em AT, denota o bom nível já atingido na rede de repartição, fruto de investimentos concretizados em anos anteriores.

A decomposição do valor do investimento em custos internos e externos é a seguinte:

Milhares de contos		
Invest. custos totais	12 758,8	100,0%
Custos Internos	7 182,3	56,3%
Materiais Armazém	4 488,1	35,2%
Custos de Estrutura	2 011,6	15,8%
Custos Financeiros	463,6	3,6%
Outros Custos	219,0	1,7%
Custos Externos	5 576,5	43,7%

À parte os encargos de estrutura e financeiros imputados, o consumo de materiais aprovencionados directamente pela SLE detém uma parcela importante no cômputo geral do investimento.

Os meios libertos líquidos, gerados em 1994, atingiram o valor de 10 997,6 milhares de contos, com a decomposição seguinte:

Milhares de contos	
Rubrica	Valor
Resultados Líquidos	3 446,8
Amortizações	10 250,5
Provisões (líquidas)	- 2 699,7
MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS	10 997,6

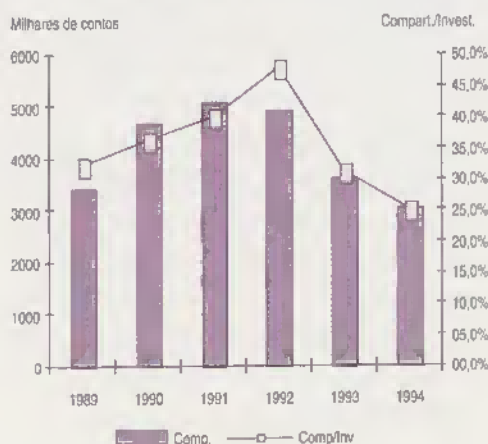
Por outro lado, o esforço de investimento, realizado em 1994, foi objecto de participações, através de subsídios ao investimento, quer dos clientes quer de Fundos

Comunitários, no montante de 3 090,1 milhares de contos, o que representa 26,8% do investimento específico a custos técnicos.

Milhares de contos	
Rubricas	Valores
Comparticipações de Clientes	2 846,3
Comparticipações de Fundos Comunitários	243,8
TOTAL DE COMPARTICIPAÇÕES	3 090,1

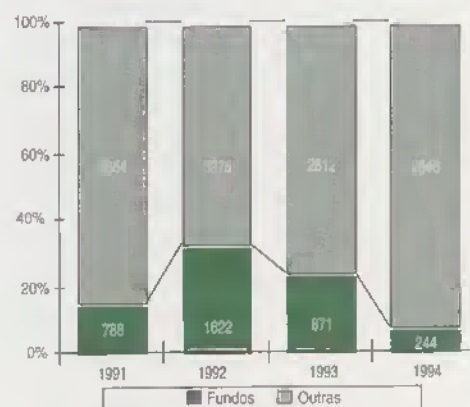
Comparativamente com o ano anterior, constata-se uma diminuição, de 11,7% a preços correntes e de 16,1% a preços constantes de 1994, no valor das participações (3 499,5 m.c., 32,6% do investimento específico a custos técnicos em 1993).

COMPARTICIPAÇÕES. PREÇOS CONSTANTES DE 1994. SEM CEDÊNCIAS GRATUITAS DO EXTERIOR



Uma razão que podemos evocar para justificar, parcialmente, a redução, nos últimos anos, do valor total das participações e da respectiva percentagem em relação ao investimento do ano, está na conclusão das obras participadas pelo FEDER e pelo programa PEDIP, e pelo encerramento das candidaturas da SLE ao programa PROTEDE.

COMPARTICIPAÇÕES / FUNDOS COMUNITÁRIOS SEM CEDÊNCIAS GRATUITAS DO EXTERIOR



Para além destes montantes, foram ainda recebidas instalações (participações em espécie) no valor de 2 046,4 milhares de contos, correspondentes a infraestruturas eléctricas construídas por terceiros e integradas no activo imobilizado da SLE. Recebemos, também, equipamentos de outras empresas do Grupo, no valor de 178,4 milhares de contos.

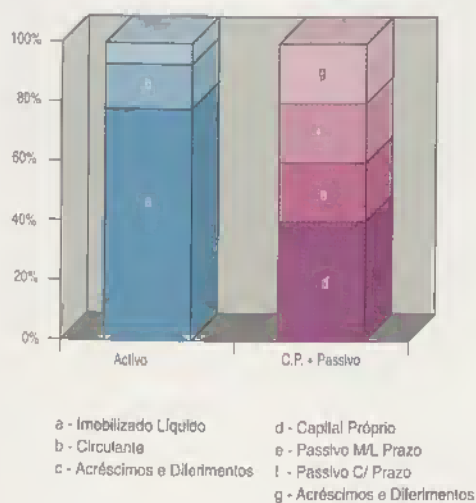
Pode, pois, constatar-se que a capacidade de autofinanciamento, avaliada pela relação Meios Libertos/Investimento Realizado, é de 0,86, sem contar com os meios ao dispor da Empresa com origem em subsídios ao investimento, ascendendo a 1,1 se ao conceito de meios libertos adicionarmos os referidos subsídios.

Balanço

No quadro seguinte apresenta-se o balanço resumido da SLE, com valores iniciais e finais reportados a 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1994, respectivamente, assim como as variações ocorridas.

Milhares de contos

Rubricas	Inicial	Final	Acrésc. ^o
ACTIVO	167 448,9	192 010,2	24 561,3
Imobilizado (Liq.)	154 134,3	158 955,9	4 821,6
Circulante	10 713,9	26 134,2	15 420,3
Créditos de M.L.P.	130,8	79,2	-51,6
Acrésc. e Diferim.	2 469,9	6 840,9	4 371,0
CAP. PRÓPRIO	87 603,0	91 219,9	3 616,9
PASSIVO	79 845,9	100 790,3	20 944,4
Passivo de M.L.P.	42 980,7	33 313,0	-9 667,7
Passivo de C.P.	7 005,8	33 382,6	26 376,8
Acrésc. e Diferim.	29 859,4	34 094,7	4 235,3
PASS.+CAP.PRÓP	167 448,9	192 010,2	24 561,3



O presente balanço apresenta uma diferença de 380 milhares de contos, para menos, no activo e no passivo, em relação ao que foi publicado na Acta de Constituição da SLE. Tal diferença deve-se a alterações da metodologia de contabilização dos valores das Taxas da RDP, que passaram a figurar integralmente em contas do passivo.

Da sua análise pode-se constatar uma razoável solidez financeira, avaliada pelo rácio de solvabilidade total, o qual, em Dezembro de 1994, ascende a cerca de 1,9, enquanto que na situação inicial da SLE o mesmo era de 2,1.

O valor de créditos sobre clientes, incluindo a variação dos débitos de MAT que foram alocados à SLE, ascende a cerca de 9 827

milhares de contos, verificando-se uma redução de 535 milhares de contos, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. O prazo médio de recebimentos ronda os 32 dias.

O valor de materiais diversos em armazém sofreu, igualmente, uma redução no exercício de 1994, rondando os 769 milhares de contos, sendo de 873 m. c. em 1 de Janeiro. A cobertura de consumos por existências, no final de 1994, é cerca de 2,2 meses, em média.

O activo circulante, em Dezembro de 1994, inclui valores resultantes de transacções com as restantes empresas do Grupo EDP, fundamentalmente com a Holding, no total de 16 056,7 milhares de contos, sendo 15 270,6 relativos a transacções financeiras.

A rubrica de Acréscimos e Diferimentos do activo integra o valor de 4 233,9 milhares de contos de acréscimos de proveitos, referentes ao acerto da tarifa da energia eléctrica de 1994, fornecida pela REN. Inclui, igualmente, os acréscimos de proveitos relativos a "energia em contadores", no valor de 2 464,7 milhares de contos.

As contas de Balanço, Outros Devedores e Credores, integram valores significativos relativos a transacções com o Grupo EDP, para além do empréstimo da Holding, designadamente os seguintes:

Milhares de contos

DESCRIÇÃO	NO ACTIVO	NO PASSIVO
Sist. Financeiro	15 270,6	6 279,2
Outros	786,1	11 701,9
TOTAL	16 056,7	17 981,1

Em 1994, o capital próprio da SLE sofreu um incremento de 3 617 milhares de contos, sendo 3 447 de resultados líquidos após estimativa do IRC a pagar, e 170 milhares de contos relativos a acertos da valorização do imobilizado da Empresa, reflectidos na conta de resultados transitados.

O passivo de MLP sofreu um decréscimo de 9 667,7 milhares de contos, sendo 2 454,7 milhares de contos de provisões para outros riscos e encargos e 7 316,9 milhares de contos relativos ao empréstimo da Holding à SLE, cujo valor total, em Dezembro de 1994, está repartido em médio e longo prazo (23 441,6) e curto prazo (6 584,8), de acordo com decomposição sugerida pela Holding.

O passivo de curto prazo ascende a 33 382,6 milhares de contos, tendo aumentado 26 376,8 milhares de contos em relação ao início do ano. Tais acréscimos têm a seguinte justificação:

Saldos contab. credores bancos.....	+409,6 m.c.
Dívida financeira de curto prazo	+3 167,2 m.c.
Estado e outros entes públicos	+1 122,1 m.c.
Fornecedores	+3 952,7 m.c.
Outros Credores	+17 725,1 m.c.

A variação em fornecedores prende-se com o facto de em exercícios anteriores não serem relevadas nestas contas as facturas de aquisição de electricidade dentro do Grupo EDP.

Em “outros credores” estão incluídos valores relativos a transacções entre a SLE e as restantes empresas do Grupo EDP, principalmente com a Holding, no montante de 17 981,1 milhares de contos, sendo 6 279,2 de transacções financeiras e 11 701,9 milhares de contos de outras transacções. Em exercícios anteriores as contas que reflectiam transacções homólogas eram sistematicamente saldadas no final do exercício. Daí a razão de tão significativo aumento.

A rubrica de “acréscimos e diferimentos”, do passivo, inclui: 32 223,3 milhares de contos de proveitos diferidos relativos a subsídios para investimento; 821,5 milhares de contos de acréscimos de custos referentes a complemento da dotação extraordinária para o fundo de pensões e 1 035,0 milhares de contos de encargos com férias a pagar em 1995.

Demonstração de Resultados

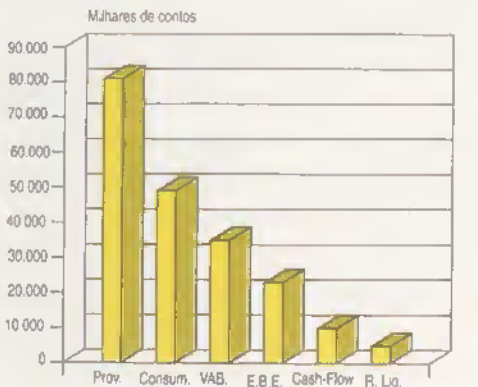
– Custos e Proveitos

No quadro abaixo apresenta-se a demonstração de resultados resumida da SLE, em 1994:

Milhares de contos		
RUBRICAS	VALORES	%
Vendas e Prestações de Serviços	80 439,9	100,0
Trabalhos para a própria Empresa (a)	6 806,1	8,5
Outras Receitas Correntes	143,8	0,1
Prov. Inerentes ao V. Acrescentado	87 389,8	108,6
Consumo de Electricidade	41 420,4	51,5
Consumo de Materiais Diversos	4 984,8	6,2
Fornecimentos e Serviços Externos	4 067,4	5,1
Impostos Indirectos	56,4	-
- Total dos Consumos	50 529,0	62,8
= Valor Acrescentado Bruto	36 860,8	45,8
- Despesas com Pessoal	9 466,9	11,8
- Outros Encargos de Exploração	4 199,5	5,2
+ Outros Proveitos de Exploração	135,2	0,2
= Excedente Bruto de Exploração	23 329,6	29,0
- Despesas Financeiras	3 298,3	4,1
+ Receitas Financeiras	809,5	1,0
+ Imput. de Desp. Financ. a T.P.E.	463,6	0,6
+ Resultados Extraordinários (b)	-9 329,7	-12,6
- Estimativa de IRC	977,1	1,2
= Meios Libertos Líquidos	10 997,6	13,7
- Amortizações	10 250,5	12,7
- Provisões (líquidas)	-2 699,7	-3,3
= Resultado Líquido	3 446,8	4,3

(a) Sem encargos financeiros imputados a investimento.
(b) Sem movimento de provisões.

No primeiro ano de actividade, a SLE, como Empresa do Grupo EDP, apresentou um resultado líquido de 3 446,8 milhares de contos, depois das dotações para amortização do activo fixo, no montante de 10 250,5 milhares de contos, e da estimativa para IRC, no valor de 977,1 milhares de contos.



Por outro lado, os resultados apresentados encontram-se afectados dos seguintes valores:

- Dotações extraordinárias para o fundo de pensões, no valor de 3 620,4 milhares de contos, tendo constituído custo do exercício apenas parte deste valor (57,5 milhares de contos), já que o restante estava coberto por provisão criada para o efeito;
- Provisão para reformas antecipadas, no valor de 1 108,2 milhares de contos;
- Custos do exercício relativos à "correção de hidraulicidade", no valor total de 7 697,8 milhares de contos, com o detalhe seguinte:

Corr. de Hidraulic. - Agravamento do exercício.....	604,1
Correcção de Hidraulicidade - Juros.....	99,3
Corr. de Hidraulic. - Dot p/ o nível de referência ..	7 128,0
Corr. de Hidraulic. - Diferencial do exercício	-133,6

Os proveitos operacionais atingiram o valor de 87 525,0 milhares de contos, com destaque para as vendas de electricidade, com 79 810,5 milhares de contos, e para os trabalhos para a própria empresa (sem encargos financeiros intercalares imputados a imobilizado em curso), com 6 806,1 milhares de contos.

Os trabalhos para a própria empresa têm o detalhe seguinte:

	Milhares de contos
Para imobilizado em curso	6 718,7
Consumo materiais diversos	4 488,1
Custos estrutura ao investimento	2 011,6
Custos internos de gestão	219,0
Para conservação diferida	87,4
Total	6 806,1

Os valores relativos à imputação de encargos financeiros intercalares a imobilizado em curso estão associados à função financeira, estando agregados aos proveitos financeiros.

Os custos operacionais registaram um valor de 74 445,9 milhares de contos, sendo de destacar as seguintes componentes:

Aquisição de electricidade	41 420,4
Consumo de materiais diversos.....	4 984,8
Encargos com pessoal.....	9 466,9
Fornecimentos e serviços externos	4 067,4
Rendas de concessão.....	3 445,0
Amortizações.....	10 250,6

O valor de aquisição de electricidade para revenda, 41 420,4 milhares de contos, já contempla a correcção tarifária, efectuada no final do exercício. Do montante referido, 39 688,4 milhares de contos respeitam a aquisições à REN (Grupo EDP) e 1 732,0 milhares de contos correspondem a aquisições a produtores independentes.

O consumo total de materiais diversos de armazém atingiu o valor de 4 984,8 milhares de contos, sendo 4 488,1 para investimento, 361,6 para conservação do imobilizado em exploração e 135, 1 em outras aplicações.

Os encargos com pessoal atingiram o montante de 9 466,9 milhares de contos, incluindo já os custos com os efectivos afectos à Holding. Por outro lado, neste exercício de 1994, a SLE assumiu os custos com reformas (que no passado recente estavam a ser relevados apenas nas contas centrais da EDP), no total de 891,9 milhares de contos, sendo 275,4 para complementos de reforma e sobrevivência, 390,7 de reforma antecipada e 225,8 de dotação do exercício para o fundo de pensões. O fundo de pensões foi, igualmente, objecto de uma dotação extraordinária de 3 620,4 milhares de contos, dos quais 3 562,9 estavam cobertos por provisões, tendo resultado um custo do exercício de apenas 57,5 milhares de contos. Foi ainda feita uma dotação da provisão para reformas antecipadas, no montante de 1 108,2 milhares de contos, relevados em custos extraordinários.

Os custos relativos a fornecimentos e serviços externos ascenderam a 4 067,4 milhares de contos, sendo 655,4 respeitantes a empreitadas de conservação de imobilizado e 3 412,0 de custos departamentais. Destes ultimos são de destacar, pela sua importância, os seguintes:

Outros serviços e trabalhos especializados.....	1 519,4
Serviços de cobrança e contagem.....	524,2
Comunicação.....	464,4
Combustíveis.....	161,7
Documentação, formação e conferências	123,0
Conserv. reparação material transporte.....	88,6

Os resultados operacionais (sem os encargos financeiros intercalares imputados a investimento em curso) atingiram o valor de 13 079,1 milhares de contos, representando cerca de 6,8% do valor do activo total.

Os proveitos financeiros (incluindo os encargos desta natureza imputados a investimento em curso) ascenderam a cerca de 1 273,1 milhares de contos, com o detalhe seguinte:

Juros e comp. p/ atraso pagamento clientes	599,8
Enc.financieiros inv.º em curso	463,6
Descontos pronto pagamento obtidos	121,4
Diferenças câmbio favoráveis	63,1
Outros	25,2

Os custos financeiros atingiram o montante de 3 298,3 milhares de contos, com o detalhe seguinte:

Juros debitados pela Holding	3 195,4
Juros "correção de hidraulicidade"	99,3
Outros	3,6

Depois da função financeira os resultados da SLE (resultados correntes) cifram-se em 11 053,9 milhares de contos.

No que respeita a resultados extraordinários, foram registados 5 400,8 milhares de contos de proveitos e 12 030,8 milhares de contos de custos, sendo o resultado global de menos 6 630,0 milhares de contos. São de destacar os seguintes valores, como mais significativos:

NOS PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS

Redução de provisões.....	3 808,0
Proveitos relativos a subs. p/ investimento.....	1 280,8
Correcções relativas a exercicios anteriores.....	110,7
Compens. p/ amortização de imob. em concessão	110,1
Ganhos em imobilizações	41,5

NOS CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Corr. de hidraulic. - dot. p/ o nível de referência.....	7 128,0
Dotações extraordinárias p/ pensões	3 620,4
Provisão para reformas antecipadas	1 108,2
Correcções relativas a exercicios anteriores.....	114,6
Indemnizações p/ cess. contratos trabalho	36,3

Indicadores mais relevantes

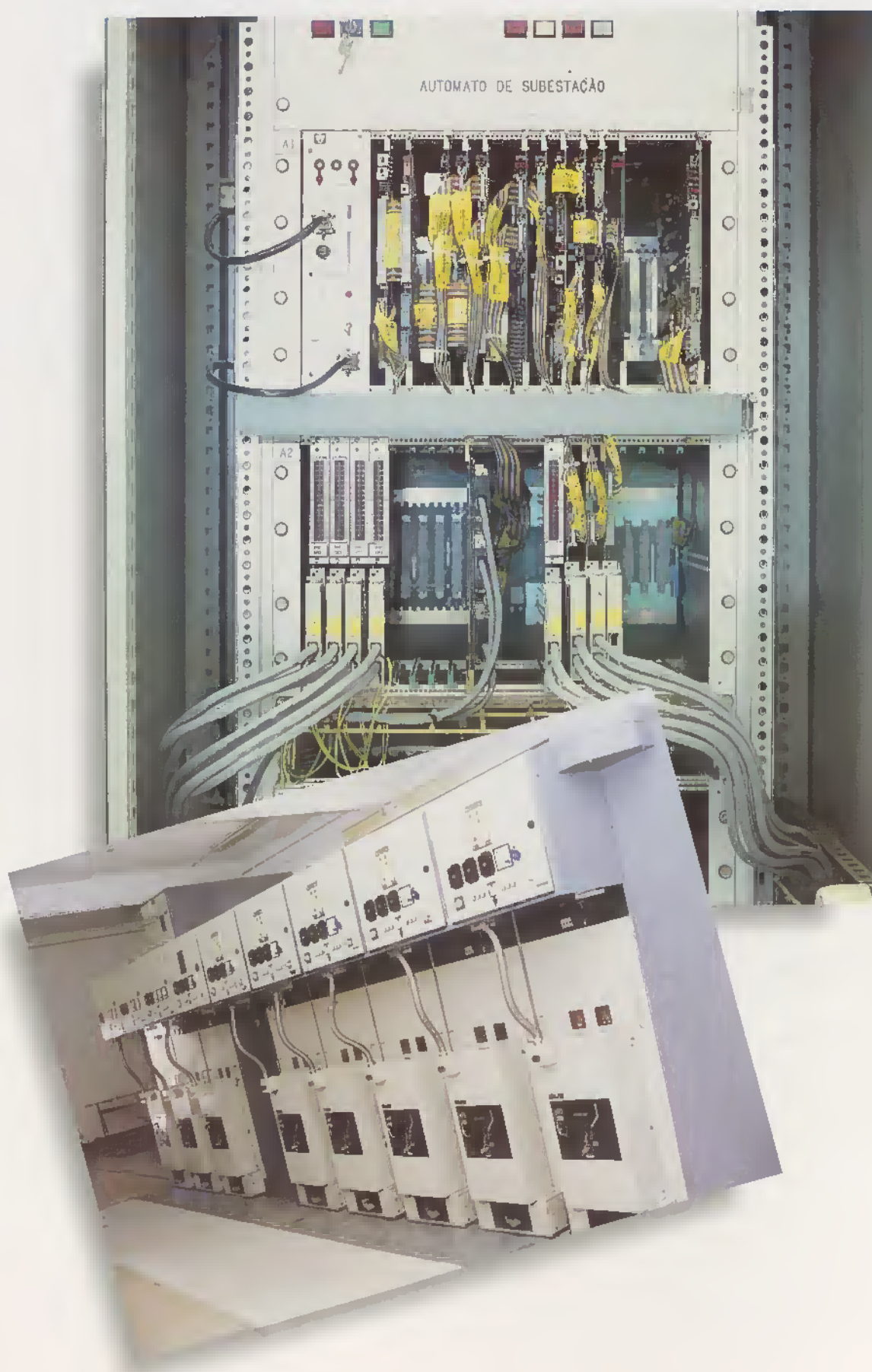
Para análise, quer da rendibilidade, quer da estrutura financeira da SLE, utilizou-se o conjunto de indicadores do quadro seguinte. Ao nível da rendibilidade, os indicadores a que se chega são relativamente modestos, já que os resultados apurados representam proporções diminutas, quer em relação ao valor de vendas, quer no que se refere a capitais próprios. Assim, a rendibilidade das vendas situa-se em cerca de 4,3%, enquanto que a rendibilidade dos capitais próprios não ultrapassa os 3,8%. Os resultados operacionais representam cerca de 6,8% do activo total, ao passo que a rotação da totalidade do capital investido não vai além dos 41,6% e a capacidade de autofinanciamento (Cash-Flow/investimento a Custos Técnicos) fica pelos 89%.

Quanto à estrutura financeira, os indicadores a que se chega são mais favoráveis, já que a autonomia financeira ascende a 47,5%, a estrutura financeira ultrapassa largamente a unidade, o que demonstra capacidade de endividamento adicional, e o imobilizado está coberto a 94% por capitais permanentes.

DESCRIÇÃO	INDICADOR
ROE - Rendibilidade dos Capitais Próprios (Resultado Líquido/Capital Próprio, em %)	3,8%
ROS - Rendibilidade das Vendas (Resultado Líquido/Vendas, em %)	4,3%
TURNOVER - Rotação do Activo Total (Vendas/Activo Total, em %)	41,6%
Custos Financeiros Líquidos/Vendas (em %)	2,5%
Rendibilidade Económica (Resultado Operacional/Activo Total, em %)	6,8%
Capacidade de Autofinanciamento (Cash-Flow/ Investimento a Custos Técnicos)	0,89
Liquidez Geral (Activo Circulante/Passivo de C. Prazo)	0,85
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Activo Total, em %)	47,5%
Estrutura Financeira (Capital Próprio/Passivo de M.L.P., em %)	155,1%
Cobertura do Imobilizado (Capitais Permanentes/Activo Imobilizado)	0,94
Vendas/Nº Médio de Efectivos (milhares de contos)	37,3
VAB/Nº Médio de Efectivos (milhares de contos)	17,2
Custo Factor Trabalho/Nº M. Efectivos (milhares de contos)	4,5
Nº Médio de Efectivos em 1994	2.146
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	1,08
Prazo Médio de Pagamentos (meses)	1,32

Os indicadores de produtividade do factor trabalho apresentam, em 1994, valores relativamente superiores aos alcançados em 1993 pela ex-DODS, apesar de o número médio de efectivos ter sido incrementado com os trabalhadores afectos à Holding e os colocados na SLE; as vendas “per capita” passaram de 32,7 para 37,3 milhares de contos e o VAB por trabalhador atingiu 17,2 milhares de contos em 1994, contra 13,9 em 1993.

O prazo médio de recebimento dos clientes ultrapassa ligeiramente o mês, enquanto que o prazo de pagamento a fornecedores é de 40 dias, aproximadamente.



PERSPECTIVAS PARA 1995

Em 1995 prevê-se um aumento dos consumos de electricidade, não só derivado do esperado crescimento da economia, reflectido sobretudo a nível da MT e da BT, como ainda da gestão, durante a totalidade do período, dos clientes de MAT. Por outro lado, prevê-se a laboração permanente de alguns grandes clientes industriais de AT com peso individual significativo nas vendas totais da Empresa.

O tarifário adoptado para 1995 comporta uma muito significativa redução em valores reais para as potências contratadas mais baixas e mesmo nominais para os clientes com mais de 19,8 kVA. Não é, no entanto, evidente que essa redução se venha a reflectir de forma nítida nos resultados de 1995. De facto, os possíveis ajustes da tarifa de aquisição ao nosso principal fornecedor - a REN - e a comparticipação da Empresa nos diversos fundos geridos pela Holding, com destaque para a Correção da Hidraulicidade, não permitem uma previsão segura sobre os resultados finais da SLE em 1995.

A prevista publicação de um conjunto de diplomas legais, que completarão o enquadramento jurídico do Sector Eléctrico constituirá um acontecimento de relevo com repercussões a maior ou menor prazo, na actividade da Empresa.

Mau grado as incertezas antes referidas, não existem razões para duvidar que, tanto os resultados como os meios libertos gerados pela SLE, venham ter, no corrente ano, valores superiores aos apurados em 1994.

O Investimento anual encontra-se orçamentado em 12 356 milhares de contos, a custos técnicos.

O lançamento de um processo de raciocínio estratégico, já iniciado com ampla participação dos quadros da Empresa, conjugado com a continuação do desenvolvimento das

acções do âmbito da 'Qualidade' constitui uma metodologia essencial para definir, clarificar e aprofundar a missão da Empresa e os seus objectivos, assim como os meios preferenciais do seu desenvolvimento futuro.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 1994 no valor de 3 446 778 070\$00 tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados.....	372 093 581\$00
Reservas Legais.....	344 677 807\$00
Dividendos.....	2 340 000 000\$00
Distribuição de Resultados aos	
Corpos Gerantes	4 206 682\$00
Distribuição de Resultados aos	
Trabalhadores.....	385 800 000\$00

NOTA FINAL

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento pelo empenhamento que todos os colaboradores demonstraram no primeiro ano de actividade da Empresa, com realce para o espírito de corpo evidenciado. Entende também dirigir uma palavra de agradecimento ao Accionista, pelo apoio prestado no acompanhamento das actividades da Empresa.

O Conselho realça ainda a frutuosa colaboração estabelecida com o Conselho Fiscal e a sua permanente disponibilidade.

O harmonioso e eficiente relacionamento com as Autarquias que servimos merece ser destacado e objecto de uma menção de apreço.

Uma última referência para os nossos Clientes, razão de ser da nossa existência,

cuja atitude crítica e sempre colaborante, nos incentivou a uma continuada melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 10 de Março de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António de Matos Taborda
Farinha - Presidente

Júlio Moraes Sarmiento de Barros

Manuel Jorge Correia Minderico



BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

ATIVO		1994		
Notas		AB	A/P	AL
	IMOBILIZADO			
3, a)/10	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			
	Despesas de Instalação	7 968 420\$	132 807\$	7 835 613\$
		7 968 420\$	132 807\$	7 835 613\$
3, b)/10	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
	Imobilizações corpóreas (D/L 944-B/82)	3 520 156 839\$	2 946 582 000\$	573 574 839\$
	Terrenos e recursos naturais	769 048 089\$		769 048 089\$
	Edifícios e outras construções	6 834 954 359\$	2 439 395 142\$	4 395 559 217\$
	Equipamento básico	258 955 562 786\$	111 637 817 871\$	147 317 744 915\$
	Equipamento transporta	1 305 581 776\$	859 211 286\$	446 370 490\$
	Ferramentas e utensílios	337 639 995\$	285 836 410\$	51 803 585\$
	Equipamento administrativo	1 962 387 479\$	1 254 278 529\$	708 108 950\$
	Diferenças de câmbio	441 500 319\$	26 467 323\$	415 032 996\$
	Outras Imobilizações corpóreas	19 576 486\$	16 684 061\$	2 892 425\$
	Imobilizações em curso	4 015 212 487\$		4 015 212 487\$
	Adiantamento por conta de imobilizações	39 688 069\$		39 688 069\$
		278 201 308 684\$	119 486 272 622\$	158 735 036 062\$
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
16	Partes de capital	161 250 000\$		161 250 000\$
3, c)	Investimentos em Imóveis	107 361 080\$	55 614 534\$	51 746 546\$
		268 611 080\$	55 614 534\$	212 996 546\$
	CIRCULANTE			
3, d)	EXISTÊNCIAS			
41	Matérias-primas, subsíd. e consumo	769 183 060\$		769 183 060\$
	Adiantamentos por conta de compras	1 711 064\$		1 711 064\$
		770 894 124\$	0\$	770 894 124\$
	DÍVIDAS DE TERCEIROS-MLP			
	Autarquias-Dívida de 31/12/88	79 161 725\$		79 161 725\$
	Outros clientes	0\$		0\$
		79 161 725\$	0\$	79 161 725\$
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CP			
23	Clientes c/c	8 644 709 691\$	1 231 079\$	8 643 478 612\$
	Clientes-títulos a receber	1 005 000\$		1 005 000\$
23	Clientes cobrança duvidosa	1 102 712 426\$	1 102 712 426\$	0\$
	Estado e outros Entes Públicos	183 855 484\$		183 855 484\$
48, b)/i	Outros devedores	16 469 304 989\$	4 521 107\$	16 464 783 882\$
		26 401 587 590\$	1 108 464 612\$	25 293 122 978\$
	Depósitos bancários e caixa			
	Depósitos bancários			
	Caixa	70 250 392\$		70 250 392\$
		70 250 392\$	0\$	70 250 392\$
48, a)	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
	Acréscimos de proveitos	6 700 178 214\$		6 700 178 214\$
	Custos diferidos	140 717 550\$		140 717 550\$
		6 840 895 764\$	0\$	6 840 895 764\$
	Total amortizações		119 522 019 963\$	
	Total provisões		1 108 464 612\$	
	Total do ativo	312 640 677 779\$	120 630 484 575\$	192 010 193 204\$

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Maria Isolda Figueiredo da Silva

		(Em Escudos)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1994
Notas		
CAPITAL PRÓPRIO		
36/37/40	Capital	43 800 000 000\$
	Reservas	
	De Constituição	43 803 047 380\$
	Resultados transitados	170 025 560\$
	Sub-total	87 773 072 940\$
	Resultado líquido do exercício	3 446 778 070\$
	Total do Capital Próprio	91 219 851 010\$
PASSIVO		
48.d)	Provisões para riscos e encargos	
	Outras provisões p/riscos e encargos	6 715 595 783\$
DÍVIDAS A TERCEIROS - MLP		
29	Empresas do grupo - empréstimos	23 441 647 484\$
29	Outros credores	2 582 206 083\$
3.b)2	Conta de regularização (DL 344-B/82)	573 574 839\$
10.c)2		26 597 428 406\$
DÍVIDAS A TERCEIROS -CP		
	Dívidas a instituições de crédito	977 882 717\$
	Fornecedores c/c	5 332 757 325\$
	Fornecedores imobilizado	1 228 813 738\$
	Empresas do grupo - empréstimos	6 584 839 435\$
	Adiantamento de clientes	150 272\$
	Eslado e outros entes públicos	1 317 760 793\$
48.b)ii	Outros credores	17 940 362 393\$
		33 382 566 673\$
48.a)	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	Acréscimos de custos	1 871 248 990\$
	Proveitos diferidos	32 223 502 342\$
		34 094 751 332\$
Total do Passivo		100 790 342 194\$
Total do Capital Próprio e do Passivo		192 010 193 204\$

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António de Matos Taborda Farinha
Júlio Moraes Sarmento de Barros
Manuel Jorge Correia Minderico

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS			1994
Notas			
41	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	41 420 436 670\$	
	Materiais diversos	4 984 775 169\$	46 405 211 839\$
	Fornecimentos e serviços externos		4 067 436 361\$
	Custos com pessoal		
	Remunerações		
43	Remunerações órgãos sociais	7 087 399\$	
	Remunerações do pessoal	6 513 571 739\$	
	Encargos sociais:		
3,i)	Complemento pensões de reforma	275 343 651\$	
	Prémios para pensões	225 789 482\$	
	Encargos s/remunerações	1 548 005 149\$	
	Custos de acção social	559 649 566\$	
	Outros	337 452 744\$	9 466 899 730\$
10,b)	Amortizações do exercício	10 250 506 325\$	
	Provisões do exercício		10 250 506 325\$
	Impostos:		
	Impostos indirectos	56 425 792\$	
	Impostos directos	6 862 049\$	
	Outros custos e perdas operacionais	143 414 700\$	
48,e)	Rendas concessão c. electroprodutores	3 445 013 344\$	
48,c)	Correcção hidráulidade-Agravamento	604 169 517\$	4 255 885 402\$
	A - CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		74 445 939 657\$
45	Custos e Perdas Financeiras		
	Juros	3 295 114 653\$	
10,b)	Amort. e prov. de aplí. Invest. financ.	2 147 232\$	
3,e)	Diferenças de câmbio	28 226\$	
	Out. custos e perd. financ. similares	1 046 445\$	3 298 336 556\$
	C - CUSTOS E PERDAS CORRENTES		77 744 276 213\$
46	Custos e Perdas extraordinárias		
	Dívidas incobráveis	7 804 174\$	
	Perdas em existências	9 780 731\$	
	Perdas em imobilizações	2 037 237\$	
	Multas e Penalidades	80 008\$	
	Correcções rel. exercícios anteriores	114 609 025\$	
	Out. Custos e Perdas extraordinárias	11 896 500 880\$	12 030 812 055\$
	E. CUSTOS E PERDAS DO EXERCÍCIO		89 775 088 268\$
	Imposto sobre o rendimento do exercício		977 109 107\$
	G. CUSTOS TOTAIS		90 752 197 375\$
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3 446 776 070\$
	TOTAL		94 198 975 445\$
	Resultados operacionais (B)-(A)		
	Resultados financeiros [(D)-(B)]- [(C)-(A)]		
	Resultados correntes (D)-(C)		
	Resultados antes de impostos (F)-(E)		
	Resultado líquido do exercício (F)-(G)		

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Técnico de Contas
Maria Isolda Figueiredo da Silva

		(Em Escudos)	
PROVEITOS E GANHOS		1994	
Notas			
44	VENDAS		
	De Energia Eléctrica	79 810 504 148\$	
	Outras	143 244 757\$	
	Prestação de Serviços	486 173 061\$	80 439 921 966\$
	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO		
	Produtos e Trabalhos em curso:		
	Existências Finais		
	Existências Iniciais		
48,g)	Trabalhos para a própria empresa	7 269 726 383\$	
	Proveitos suplementares	143 865 045\$	
48,f)	Subsídios à exploração	1 079 955\$	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	134 095 731\$	7 548 767 114\$
	B - PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS		87 988 689 080\$
45	Proveitos e ganhos financeiros		
	Rendimentos de participações de capital		
	Rend. de tit. neg. out. aplic. financ.	3 219 962\$	
	Out. juros e prov. suplementares	132 694 117\$	
3,e)	Dif. câmbio favoráveis	63 122 369\$	
	Descontos p. p. obtidos	121 434 755\$	
	Outros proveitos e ganhos financeiros	489 058 185\$	809 529 388\$
	D - PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		88 798 218 468\$
46	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		
	Recuperação de dívidas	22 005 836\$	
	Ganhos em existências	4 531 558\$	
	Ganhos em Imobilizações	41 525 188\$	
	Reduções de Amortizações e de provisões	3 807 973 904\$	
	Correcções relativas exercícios anteriores	110 748 343\$	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 413 972 148\$	5 400 756 977\$
	F - PROVEITOS TOTAIS		94 198 975 445\$
		13 542 749 423\$	
		(2 488 807 168\$)	
		11 053 942 255\$	
		4 423 887 177\$	
		3 446 778 070\$	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José António de Matos Taborda Farinha
Júlio Morães Sarmiento de Barros
Manuel Jorge Correia Minderico

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

00 - Introdução

a) Objecto e detentores de capital

A SLE - Electricidade do Sul, S.A., constituída por destaque de património da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., nos termos do Decreto-Lei nº 7/91, de 8 de Janeiro, tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..

b) Regime de preços

Os preços de venda da energia eléctrica são fixados por convenção negociada entre a EDP e a Direcção-Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei nº 18-A/89, de 12 de Janeiro. De acordo com legislação complementar (Decreto-Lei nº 202/86), vigorou, até final de 1994, um adicional à tarifa destinado a amortizar o saldo do ex-Fundo de Apoio Térmico.

c) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação (Dec.Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade da sua concessão. Esta concessão, que a SLE usufrui nos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro, tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes. Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas, sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo.

d) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Dec.Lei nº 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

As tarifas são calculadas tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, para evitar distorções significativas nos resultados, os encargos com a aquisição de electricidade, evidenciados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável.

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no POC. As notas números 05, 06, 09, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 33, 38, 39, 42 e 47 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas.

Salvo indicação em contrário os valores indicados estão expressos em milhares de escudos.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos - modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis e pela avaliação efectuada no cumprimento do artigo 8º do Decreto-Lei nº 7/91 - na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Não se efectua a comparação das demonstrações financeiras em virtude da actividade da Empresa se ter iniciado no exercício de 1994.

03 - Critérios contabilísticos e valorimétricos

a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações corpóreas

b.1) Imobilizações de propriedade da SLE

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores resultantes da avaliação prevista no artigo 8º do Decreto-Lei nº 7/91, com as correcções necessárias para que os valores fossem reportados a 31 de Dezembro de 1993, líquidos das correspondentes amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura, conforme indicado nas alíneas g) e h).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art. 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante uma vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos extraordinários, pela amortização das participações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos, conforme alínea f) desta mesma nota.

b.2) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Dec.Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea c) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas, com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários, pela redução de igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes. Os períodos de concessão, que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, poderão ser revogados com um aviso prévio de 2 anos.

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mostrados pelo valor de custo, ou no respeitante ao investimento em imóveis, pelo resultante das reavaliações efectuadas, conforme os diplomas mencionados no ponto 12 destas notas, líquido das correspondentes amortizações acumuladas.

Os rendimentos são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

d) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

e) Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, com reduzida expressão na Empresa, foram convertidos para Escudos utilizando as taxas de câmbio em vigor em 31/12/94, publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças cambiais apuradas, favoráveis e desfavoráveis, são contabilizadas como proveitos/custos financeiros.

f) Custos Diferidos

As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos -Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.

g) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso e os restantes a resultados do exercício.

As diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros, este critério tem justificação contabilística na especificidade do financiamento das empresas do Grupo EDP, e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

h) Encargos de Estrutura

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de Estrutura são repartidos entre o investimento e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

i) Pensões de Reforma e Sobrevivência

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Estas responsabilidades foram sendo transferidas para um Fundo de Pensões do Grupo constituído em 1989 e encontravam-se totalmente cobertas em 31.12.94.

O Fundo de Pensões suporta os complementos de pensões de reforma e sobrevivência, pagos ao pessoal reformado desde 1 de Janeiro de 1989, tendo os complementos, pagos ao pessoal reformado em anos anteriores a 1989, sido suportados pela Empresa e debitados a resultados.

j) Ex- Fundo de Apoio Térmico

O adicional à tarifa de venda de energia eléctrica, cobrado pela Empresa nos termos da legislação aplicável, foi periodicamente transferido para a EDP sendo contabilizado por esta.

Este adicional à tarifa cessou a sua aplicabilidade no final do exercício.

k) Correção de Hidraulicidade

Em conformidade com o indicado na nota 00.d) , a Empresa corrige os seus resultados líquidos, de modo a que correspondam à média das condições hidrológicas.

Em 1994 a Empresa fez uma dotação extraordinária de 7,1 milhões de contos para "Correcção de Hidraulicidade". A contrapartida para essa correcção está englobada na conta de "Outros Credores".

04 - Câmbios utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1994/12/31, conforme se indica de seguida:

USD.....	159.093	DEM.....	102.707	ESP.....	1.2088
FRF.....	29.786	GBP.....	248.879	CHF.....	121.360

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício foi de 2 146 empregados não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação

Esta rubrica inclui essencialmente despesas inerentes à constituição da empresa.

10 - Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investlmentos Financeiros

a) Activo bruto

RUBRICAS	Saldo em 01/01/94 (1)	Reavaliação (2)	Aumentos (3)	Alienações (4)	Transferências e Abates (5)	Saldo em 31/12/94 (6)
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação			7 968		0	7 968
Total (1)	0	0	7 968	0	0	7 968
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	3 520 157				0	3 520 157
Subtotal (2.1)	3 520 157	0	0	0	0	3 520 157
Imobilizações Próprias						
Terrenos e recursos naturais	769 052				(4)	769 048
Edifícios e outras construções	6 797 351		22 896		14 708	6 834 955
Equipamento básico	244 662 591	0	2 088 150	(29 294)	12 234 115	258 955 562
Distribuição	244 400 159		2 046 469	(29 294)	12 233 598	258 650 932
Outro equipamento básico	262 432		41 681		517	304 630
Equipamento de transporte	1 274 709		178 202	(143 472)	(3 857)	1 305 582
Ferramentas e utensílios	319 662		20 990	(3)	(3 008)	337 641
Equipamento administrativo	1 035 701		132 227	(11 604)	(5 889)	1 150 435
Equipamento de Informática	471 666		340 286			811 952
Diferenças de Cambio	363 877				77 623	441 500
Outras imobilizações corpóreas	19 576				0	19 576
Subtotal (2.2)	255 714 185	0	2 782 751	(184 373)	12 313 688	270 626 251
Imobilizado em Curso	4 151 982		12 155 236		(12 292 005)	4 015 213
Adiantamentos p/c de imobiliz.Curso	31 458		37 685		(29 455)	39 688
Subtotal (2.3)	4 183 440	0	12 192 921	0	(12 321 460)	4 054 901
Total (2)	263 417 782	0	14 975 672	(184 373)	(7 772)	278 201 309
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de capital	161 250				0	161 250
Investimentos em Imóveis	107 361				0	107 361
Total (3)	268 611	0	0	0	0	268 611
TOTAL GERAL	263 686 393	0	14 983 640	(184 373)	(7 772)	278 477 888

b) Amortizações

RUBRICAS	Saldo em 01/01/94 (1)	Reavaliação (2)	Reforços (3)	Regularizações (4)	Saldo em 31/12/94 (5)
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação			133	0	133
Total (1)	0	0	133	0	133
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações Reg.do DL 344-B/82	2 836 532		110 050	0	2 946 582
Subtotal (2.1)	2 836 532	0	110 050	0	2 946 582
Imobilizações Próprias					
Edifícios e outras construções	2 276 531		162 944	(80)	2 439 395
Equipamento básico	102 011 732	0	9 652 541	(26 454)	111 637 819
Distribuição	101 844 265		9 634 517	(26 966)	111 451 816
Outro equipamento básico	167 467		18 024	512	186 003
Equipamento de transporte	850 507		144 721	(136 017)	859 211
Ferramentas e utensílios	271 061		17 650	(2 875)	285 836
Equipamento administrativo	774 510		59 587	(20 072)	814 025
Equipamento de informática	278 818		88 607	72 830	440 255
Diferenças de Cambio	12 719		13 748	0	26 467
Outras imobilizações corpóreas	16 158		525	0	16 683
Subtotal (2.2)	106 492 036	0	10 140 323	(112 668)	116 519 691
Total (2)	109 328 568	0	10 250 373	(112 668)	119 468 273
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Investimentos em Imóveis	53 467		2 147	0	55 614
Total (3)	53 467	0	2 147	0	55 614
TOTAL GERAL	109 382 035	0	10 252 653	(112 668)	119 522 020

c) Observações

- c.1) Nas imobilizações próprias o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.
- c.2) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344/B correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, que embora explorados pela SLE continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1994:

Imobilizado bruto	3 520 157
Amortizações acumuladas.....	2 946 582
Valor Líquido.....	573 575

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.g) foram capitalizados no exercício, em imobilizações em curso, os seguintes montantes:

Rubricas	Juros	Dif. Câmbio	Total
Edifícios e Outras Construções	3 031	(360)	2 671
Distribuição de Electricidade	510 974	(50 043)	460 931
Total	514 005	(50 403)	463 602

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 111/88
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 264/92
Decreto-Lei nº 118-B/86	

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 7/91 as reservas de reavaliação existentes no capital próprio da EDP, não foram consideradas destacáveis para a nova Empresa, desta forma, não são evidenciadas reservas de reavaliação no Capital Próprio da Empresa.

13 - Custo Histórico das Imobilizações corpóreas

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, com os respectivos custos históricos é a seguinte:

RUBRICAS	Custos Históricos	Reavaliações	Valores
			Contabilísticos Reavaliados
	(1)	(2)	(3)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Imobilizações Regime do DL 344-B/82	112 999	460 576	573 575
Subtotal (1.1)	112 999	460 576	573 575
Imobilizações Próprias			
Terrenos e recursos naturais	64 424	704 624	769 048
Edifícios e outras construções	1 723 296	2 672 263	4 395 559
Equipamento básico	80 354 193	66 963 552	147 317 745
Distribuição	80 241 744	66 957 373	147 199 117
Outro equipamento básico	112 449	6 179	118,628
Equipamento de transporte	443 149	3 221	446 370
Ferramentas e utensílios	49 448	2 356	51 804
Equipamento administrativo	296 172	40 239	336 411
Equipamento de Informática	366 482	5 216	371 698
Diferenças de Câmbio	415 033	0	415 033
Outras imobilizações corpóreas	2 577	315	2 892
Subtotal (1.2)	83 714 774	70 391 786	154 106 560
Total (1)	83 827 773	70 852 362	154 680 135
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Investimentos em Imóveis	2 274	49 473	51 747
Total (2)	2 274	49 473	51 747
TOTAL GERAL	83 830 047	70 901 835	154 731 882

14 - Outras informações relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos)

Imobilizações afectas à actividade de Distribuição de Electricidade	147 199 117
Imobilizações não específicas	2 892
Imobilizações reversíveis (*)	573 575

(*) As Imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, em regime de concessão, transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

Juros de financiamento.....	514 005
Diferenças de Câmbio	(50 403)
Total.....	463 602

15 - Bens em Regime de Locação Financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira são os seguintes:

RÚBRICAS	AB	A	AL
Equipamento de Transporte	17 234	4 266	12 968

16 - Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros detidos em empresas, são os seguintes:

EMPRESAS	Participação		Capital Próprio 31/12/94	Resultado Exercº 94
	%	Valor		
MRH - Mudança e Recursos Humanos,SA R. Cova da Moura nº 2 -4º Lisboa	10	10 000	99 870	139 672
SÂVIDA - Medicina Apoiada, SA Av. Casal Ribeiro, nº 15 Lisboa	10	11 500	115 008	91 494
HIDRORUMO - Projectos e Gestão, SA R. do Bolhão, nº 36 Porto	5	40 000	800 000	14 623
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia,SA Av. Estados Unidos da América,nº 55 - 2º, Lisboa	5	32 250	740 257	82 263
EDINFOR - Sistemas Informáticos, SA R. Particular EDP à R.Cidade Goa, Sacavém	10	40 000	503 659	64 659
LABELEC - Estudos, Desenvºe Activ.Laboratoriais,SA R. Cidade de Goa, nº 4 Sacavém	5	27 500	550 337	2 488

22 - Valor das Existências que se encontram fora da Empresa

Materiais diversos.....	1 358
-------------------------	-------

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Autarquias - Dívida posterior a 31/12/88	1 994
Clientes de Cobrança Duvidosa	1 102 712

25 - Dívidas de e ao Pessoal da Empresa

Valores a receber	6 985
Valores a Pagar	1 248

29 - Empréstimos e Outros credores - Médio e Longo Prazo

	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos de accionistas			23 441 647
Outros credores:			
Cauções recebidas de clientes		2 579 824	2 579 824
Outras cauções recebidas	2 382		2 382

31 - Compromissos Financeiros

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são, à data do Balanço, de 259 000.

32 - Responsabilidades Contingentes

A responsabilidade da Empresa por garantias bancárias, prestadas na sua quase totalidade à Junta Autónoma das Estradas, totaliza 11 767.

A data de Balanço não existe responsabilidade por letras descontadas.

34 - Movimentos das Provisões

O movimento verificado nas contas de Provisões foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Para dívidas de clientes	1 344 932		240 988	1 103 944
Para outras dívidas de terceiros	8 596		4 075	4 521
Para Pensões	4 734 750	1 108 238	3 562 911	2 280 077
Para outros riscos e encargos	4 435 519			4 435 519
Total	10 523 797	1 108 238	3 807 974	7 824 061

35 - Forma como se realizou o Capital Social

O capital social é de 43 800 000 contos, e está integralmente realizado, em conformidade com o disposto nos Decretos-Lei nºs. 7/91, de 8 de Janeiro, e 131/94, de 19 de Maio.

De acordo com o artigo 1º do Decreto-Lei nº 131/94 o capital da sociedade foi realizado em espécie e pelos valores patrimoniais resultantes da avaliação prevista no artigo 8º do Decreto-Lei nº 7/91.

36 - Capital - Nº de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 43 800 000 acções escriturais nominativas de 1.000\$00 cada uma.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..

40 - Movimentos dos Capitais Próprios

O movimento destas contas é o constante do quadro abaixo:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	43 800 000			43 800 000
Reservas	43 803 047			43 803 047
Resultados Transitados		170 026		170 026
Resultado Líquido do exercício		3 446 778		3 446 778

a) A proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 1994 é a seguinte:

Resultados Transitados	372 094
Reservas Legais	344 678
Dividendos	2 340 000
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	4 207
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	385 800

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Materiais diversos	Total
Existências iniciais	0	873 298	873 298
Compras	41 420 437	4 886 581	46 307 018
Regularizações de existências	0	(5 921)	(5 921)
Existências finais	0	769 183	769 183
Custo do exercício	41 420 437	4 984 775	46 405 212

43 - Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Conselho de Administração	5 855
Conselho Fiscal	1 917
Total	7 772

44 - Vendas e Prestações de Serviços

A repartição do valor líquido das Vendas e das Prestações de Serviços, por actividades e por mercados (interno e externo) é a seguinte:

a) Vendas

a.1) de electricidade - mercado interno

em Muito Alta Tensão	856 170	
em Alta Tensão	10 230 117	
em Média Tensão	15 519 386	
em Baixa Tensão (> 39,6 kVA)	5 577 547	
em Baixa Tensão	45 861 238	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública).....	1 766 046	79 810 504

a. 2) de Outros - mercado interno

Materiais diversos	143 245
--------------------------	---------

b) Prestações de Serviços - mercado interno

de electricidade	330 081	
de outros	156 092	486 173

45 - Demonstração de Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Valor	Proveitos e Ganhos	Valor
Juros suportados	3 295 115	Juros obtidos	132 694
Amortizações de Invest.imóveis	2 147	Rendimentos de imóveis	3 220
Diferenças de cambio desfavoráveis	28	Diferenças de cambio favoráveis	63 122
Outros custos e perdas financeiras	1 046	Descontos de p.pagam. obtidos	121 435
		Outros prov. e ganhos financeiros	489 058
		Resultados Financeiros	2 488 807
	3 298 336		3 298 336

a) A rubrica Juros suportados inclui o montante de 3 195 372 respeitantes a encargos com Empréstimos de Accionistas;

b) Na rubrica Juros obtidos estão englobados 118 930 debitados a Clientes de AT/MT/BTE por atraso na liquidação da facturação;

c) Na rubrica Outros Proveitos e Ganhos Financeiros estão incluídos 480 832 debitados a clientes BT/IP como compensação por atraso de pagamento.

46 - Demonstração de Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Valor	Proveitos e Ganhos	Valor
Dívidas incobráveis	7 804	Recuperação de dívidas	22 006
Perdas em Existências	9 781	Ganhos em Existências	4 532
Perdas em Imobilizações	2 037	Ganhos em Imobilizações	41 525
Multas e Penalidades	80	Redução de amortizaç. e provisões	3 807 974
Correcções relativ.exerc.anteriores	114 609	Correcções relativ.exerc.anteriores	110 748
Outros custos e perdas extraordinárias	11 896 501	Outros Proveitos e ganhos extraord.	1 413 972
		Resultados Extraordinários	6 630 055
	12 030 812		12 030 812

a) A rubrica Outros Custos e Perdas Extraordinárias inclui:

- Prémios extraordinários para Pensões	3 620 367
- Provisão para Reformas Antecipadas	1 108 238
- Dotação para Nível de Referência Cor.Hidraulicidade.....	7 128 019

b) A rubrica Redução de Amortizações e Provisões inclui, em consequência da dotação extraordinária para Pensões referida na alínea anterior, a redução da respectiva provisão no montante de 3 562 910 .

c) A rubrica Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários inclui 1 280 811 respeitantes à compensação de imobilizações participadas.

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro de 1994:

Acréscimos de Proveitos

Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço	2 464 673
Outros acréscimos de proveitos (inclui correcção tarifária)	4 235 505

Custos Diferidos

Reparações e beneficiações de imobilizado	136 425
Outros custos diferidos	4 292

Acréscimos de custos

Encargos c/ férias e subsídios de férias	1 034 984
Outros acréscimos de custos	836 154

Proveitos Diferidos

Subsídios para Investimento	32 223 333
Outros proveitos diferidos	169

i) O movimento do exercício na rubrica "Reparações e Beneficiações de Imobilizado" foi o seguinte:

Saldo inicial.....	76 244
Acréscimo do exercício.....	87 455
Transferência para resultados.....	27 274
Saldo Final.....	136 425

ii) A rubrica "Subsídios para Investimento" representa os valores recebidos, deduzido da correspondente amortização anual.

Os subsídios recebidos no exercício atingiram 5 136 472, neles se incluindo 243 808 de subsídios comunitários.

b) Outros Devedores e Outros Credores - Curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro de 1994:

i) A rubrica de "Outros Devedores" inclui , entre outras, as seguintes verbas:

Débitos de empresas do grupo.....	16 056 680
Cauções prestadas a terceiros	11 096
Devedores por fornecimento de outros bens e prestações de serviços..	282 627

ii) Na rubrica de "Outros Credores" incluem-se entre outros os seguintes montantes:

Débitos a empresas do grupo.....	17 981 058
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores	14 969
Credores por fornecimento de outros bens e prestações de serviços	830
Credores diversos.....	1 793

c) Correção de Hidraulicidade

O movimento inerente à "Correção de Hidraulicidade" - quota-parte da SLE - foi o seguinte:

Diferencial do exercício debitado.....	133 634
Encargos financeiros creditados.....	99 290
Agravamento do exercício creditado	604 169
Dotação para o nível de referência.....	7 128 019
Saldo (englobado na rubrica "Outros Credores")	7 697 844

d) Provisão para Riscos e Encargos

Corresponde às provisões para pensões e actos médicos, com a seguinte decomposição:

Provisão para Reformas Antecipadas	2 280 077
Provisão para actos médicos	4 435 519 6 715 596

e) Rendas de concessões e de centros electroprodutores

Incluem-se nesta rubrica:

Rendas de concessões pagas às autarquias	3 444 902
--	-----------

f) Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração, no montante de 1 080 c., foram recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

g) Trabalhos para a Própria Empresa

Engloba os seguintes montantes:

Consumo de materiais.....	4 488 055	
Encargos directos internos	218 976	
Encargos de estrutura	2 011 639	
Encargos financeiros.....	514 005	
Diferenças de cambio.....	(50 403)	
Outros.....	87 454	7 269 726

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Técnico de Contas

Maria Isolda Figueiredo da Silva

José António de Matos Taborda Farinha
Júlio Moraes Sarmiento de Barros
Manuel Jorge Correia Minderico



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Examinámos as Demonstrações Financeiras da **SLE - Electricidade do Sul, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Estas Demonstrações Financeiras evidenciam um total de Balanço de 192 010 193 contos e um total de Capital Próprio de 91 219 851 contos, incluindo um Resultado Líquido de 3 446 778 contos.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados. É também responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a implementação e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

Âmbito

O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter

um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

O referido exame inclui (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras, (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iii) a apreciação de ser adequada a apresentação das Demonstrações Financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas Demonstrações Financeiras.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SLE - Electricidade do Sul, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites aplicando os critérios e políticas descritos nas notas respectivas.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior e de forma a facilitar a

compreensão das Demonstrações Financeiras em anexo, fazemos notar que:

i) a empresa apesar de ter sido constituída em 18 de Agosto de 1994, inclui nas suas Demonstrações Financeiras as transacções efectuadas até esta data pela Direcção Operacional de Distribuição Sul da **EDP**, nos termos da Acta da Assembleia Geral da **EDP** que aprovou a sua cisão e nos estritos termos dessa decisão, tendo os valores do Balanço de abertura sido transferidos para a **SLE** pelo valor da avaliação patrimonial efectuado por técnicos independentes.

ii) a realidade económico-financeira da empresa não poder ser dissociada da sua inserção no grupo económico da **EDP**, pelo que as suas Demonstrações Financeiras deverão ser analisadas em conjunto com as consolidadas do Grupo EDP.

Lisboa, 23 de Março de 1995

Bernardes, Sismeiro & Associados,
S.R.O.C.

representada por:

Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, bem como do previsto na alínea f) do nº 2 do Artº 23 dos Estatutos da SLE - Electricidade do Sul, S.A., o Conselho Fiscal da SLE apresenta o presente relatório e parecer, que o faz nos seguintes termos:

- 1 - O Conselho Fiscal reuniu com periodicidade mensal, tal como o previsto no Artº 24 dos Estatutos da Sociedade.
- 2 - O referido no ponto anterior não prejudicou a realização de reuniões extraordinárias sempre que este Órgão o considerou necessário, bem como as reuniões trimestrais com o Conselho de Administração, de molde a assegurar um acompanhamento efectivo da SLE.
- 3 - Importa desde já chamar a atenção para a especificidade vivida em 1994, pois não só foi o primeiro ano de existência da SLE, criação a 18 de Agosto, como igualmente e principalmente existir um reporte contabilístico a 1 de Janeiro do mesmo ano.
- 4 - Tal facto determinou na vida da sociedade uma situação particular, o qual teve a necessária correspondência no relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício de 1994, que descreve com rigor, clareza e detalhe a actividade desenvolvida pela SLE, pelo que merece o nosso acordo também na medida em que traduz o que nos foi possível observar e acompanhar.
- 5 - O Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções, obteve os elementos e esclarecimentos necessários por parte dos diferentes serviços da sociedade, não tendo detectado qualquer situação que desrespeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
- 6 - A matéria atinente às contas da sociedade, objecto da Certificação Legal de Contas e Relatório de Fiscalização, a cargo do Vogal ROC deste Conselho, merece a concordância deste Órgão e enquadra-se como complemento deste Relatório e Parecer, nos termos e de acordo com as disposições legais aplicáveis.
- 7 - Tudo considerado e em revista, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas referentes ao exercício de 1994;
 - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
 - c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da SLE;
 - d) Expresse um voto de louvor ao Conselho de Administração e aos demais trabalhadores da Sociedade, pela forma dedicada e competente como exerceram as suas funções.

Lisboa, 23 de Março de 1995

O CONSELHO FISCAL

O Presidente

Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar

O Vogal

Cristóvão Dória Machado

O Vogal Revisor Oficial de Contas

Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC
representada por
Carlos Marques Bernardes, ROC

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL DE ACCIONISTAS DA SLE
ELECTRICIDADE DO SUL, S.A. REALIZA-
DA EM 24 DE MARÇO DE 1995**

Acta Número Dois

«(...) tendo o representante da EDP S.A., accionista único da SLE, em cumprimento do mandato que lhe foi conferido pela carta mandadeira, declarado:

- "Votar favoravelmente o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de mil novecentos e noventa e quatro, (...)"

(...)

- "Votar favoravelmente a seguinte proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração:

- Para Reserva Legal: 344 677 807\$00 (trezentos e quarenta e quatro milhões seiscentos e setenta e sete mil oitocentos e sete escudos);

- Para Dividendos: 2 340 000 000\$00 (dois mil trezentos e quarenta milhões de escudos);

- Para os Corpos Gerentes: 4 206 682\$00 (quatro milhões duzentos e seis mil seiscentos e oitenta e dois escudos);

- Para os Trabalhadores: 385 800 000\$00 (trezentos e oitenta e cinco milhões e oitocentos mil escudos);

- Para Resultados Transitados: 372 093 581\$00 (trezentos e setenta e dois milhões noventa e três mil e quinhentos e oitenta e um escudos)".

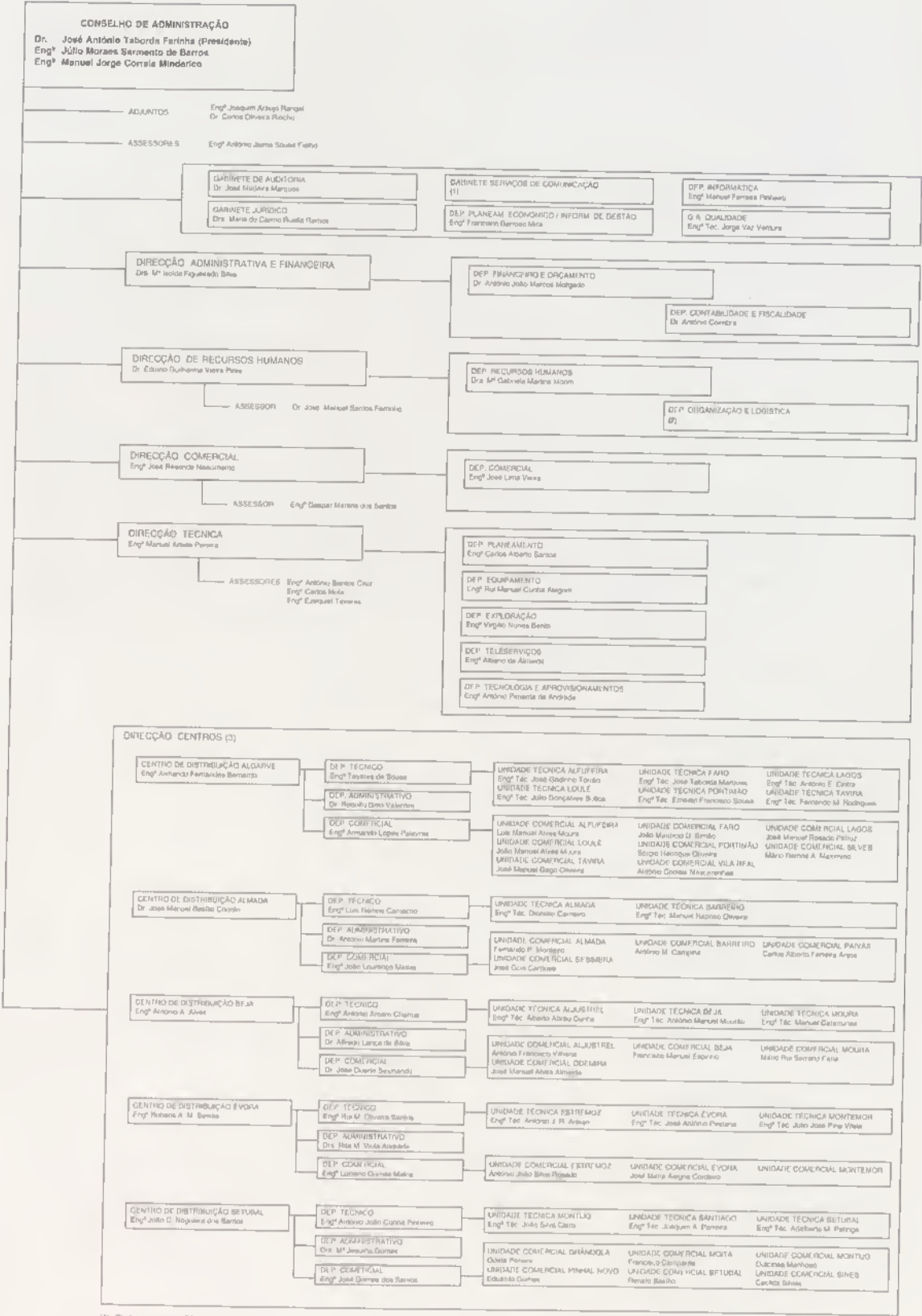
Assim ficou aprovado o resultado positivo de 3 446 778 070\$00 (três mil quatrocentos quarenta e seis milhões setecentos e setenta e oito mil e setenta escudos).

(...)».



ORGANIGRAMA	65
PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS	66
ALGUNS INDICADORES RELEVANTES	67
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS	68
CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS	69
BALANÇO ANUAL DA ENERGIA ELÉCTRICA	70
CONSUMOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS	71
DISTRIBUIÇÃO – INSTALAÇÕES EM SERVIÇO E CONCLUÍDAS	72

ORGANIGRAMA



(1) Criação anexada pelo CA
(2) Criação anexada pelo Dr. J. M. Ferreira (RNASD)
(3) Criação anexada pelo Eng.º J. Barro (CA)

PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

	Unidades	1990	1991	1992	1993	1994
Nº DE CONCELHOS	-	57	57	57	57	57
ÁREA	km2	27 671	27 671	27 671	27 671	27 671
POPULAÇÃO	Milhares	1 455	1 455	1 455	1 455	1 455
ENERGIA ENTRADA	GWh	3 229,7	3 643,2	4 043,9	3 939,9	4 336,7
REN	GWh	3 174,8	3 576,3	3 987,7	3 842,5	4 200,7
LTE	GWh	53,4	55,2	41,3	0,2	0,2
Outros	GWh	1,5	11,7	14,9	97,2	135,8
ENERGIA SAÍDA	GWh	2 820,3	3 313,4	3 686,9	3 603,7	3 997,1
S/ Receita Directa do Exterior	GWh	16,4	16,3	48,1	59,5	4,0(*)
A Outros Distribuidores	GWh	0,9	-	-	-	-
Consumidores Directos	GWh	2 803,0	3 297,1	3 640,8	3 544,2	3 993,1
MAT	GWh	-	-	-	-	249,9
AT	GWh	379,6	572,3	858,4	699,2	745,4
MT	GWh	772,1	807,8	802,2	774,9	831,0
BTE	GWh	169,5	211,3	217,2	226,6	247,8
BT	GWh	1 481,8	1 705,7	1 763,0	1 843,5	1 919,0
RECEITAS VENDA DE ELECTRICIDADE	1000 contos	45 673,1	57 504,3	67 749,6	70 424,7	79 810,4
INVESTIMENTO						
Total (Custos Técnicos)	1000 contos	8 905,0	9 980,6	9 209,6	11 285,8	12 295,2
Específico Electricidade (Custos Técnicos)	1000 contos	8 587,0	9 592,3	8 875,2	10 726,7	11 542,8
INSTALAÇÕES EM SERVIÇO						
Subestações AT						
Nº	-	36	39	40	42	42
Pot.	MVA	1 558,0	1 679,5	1 730,5	1 867,5	1 874,0
Subestações MT						
Nº	-	41	37	33	33	33
Pot.	MVA	231,2	232,1	227,0	248,9	258,4
Postos de Seccionamento						
AT	-	2	2	2	2	3
MT	-	13	13	13	14	12
Linhas AT aéreas	km	1 100,4	1 163,0	1 262,2	1 262,3	1 361,3
Linhas AT subterrâneas	km	32,5	32,7	36,3	44,6	44,6
Linhas MT aéreas	km	9 128,0	9 474,1	9 903,6	10 124,8	10 437,2
Linhas MT subterrâneas	km	1 163,4	1 266,4	1 383,5	1 473,2	1 599,9
Postos de Transformação						
Nº	-	5 956	6 358	6 763	7 055	7 465
Pot.	MVA	1 416,3	1 509,6	1 617,4	1 688,2	1 778,4
Redes BT aéreas	km	13 148,5	13 508,4	13 747,7	13 986,9	14 361,7
Redes BT subterrâneas	km	2 692,6	2 985,5	3 231,4	3 522,9	3 842,0
Contadores (Nº)	-	727 788	753 382	773 947	792 923	813 707
NÚMERO DE CLIENTES (em 31Dez.)						
MAT	-	-	-	-	-	3
AT	-	10	16	16	15	18
MT	-	1 972	2 088	2 205	2 299	2 366
BTE	-	2 223	2 458	2 687	2 865	2 998
BT	-	723 583	748 820	769 039	787 744	808 321
NÚMERO DE TRABALHADORES (Q.Permte. em 31Dez.)	-	2 467	2 359	2 232	2 135	2 148

(*) O ano de 1994 só inclui Consumos Próprios

ALGUNS INDICADORES RELEVANTES

DESCRIÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994
RENDABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	6,5	8,0	9,6	9,2	3,8
Resultados Líquidos/Capitais Próprios (%)					
RENDABILIDADE ECONÓMICA	6,2	7,8	7,9	7,8	6,8
Resultados Operacionais/ Activo Total (%)					
ROTAÇÃO DO ACTIVO	45,2	52,9	52,3	53,1	41,6
Vendas/Activo (%)					
AUTONOMIA FINANCEIRA	55,7	55,5	65,0	69,3	47,5
Capital Próprio/Activo Total (%)					
LIQUIDEZ GERAL	2,6	1,3	4,0	2,5	0,85
Activo Circulante/Passivo Curto Prazo (%)					
ESTRUTURA FINANCEIRA	143,0	140,9	206,0	262,8	155,1
Capital Próprio/Passivo M.L.P. (%)					
CAPACIDADE DE AUTOFINANCIAMENTO	0,9	1,1	1,6	1,5	0,89
Cash Flow/Investimento Custos Técnicos (%)					
COBERTURA DO IMOBILIZADO	1,1	1,0	1,1	1,1	0,94
Capitais Permanentes/Activo Imobilizado (%)					
SOLVABILIDADE TOTAL	2,26	2,25	2,86	3,25	1,87
Activo/Passivo (%)					
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	1,9	1,79	1,32	1,08	1,08
Cred. Correntes Clientes/Vendas x 12					
TAXA DE COBERTURA DE MATERIAIS DIV. (meses)	6,7	5,1	3,9	2,6	2,2
Existências/Consumos x 12					
V.A.B. PER-CAPITA (milhares de contos)	7,4	9,9	12,6	14,2	17,2
V.A.B./Efectivos					
VENDAS PER-CAPITA (Milhares de contos)	18,2	24,2	29,6	32,7	37,3
Vendas/Efectivos					

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Milhares de contos

Preços Correntes

ANO	CUSTOS DIRECTOS					
	INVEST. NÃO ESPECÍFICO	INVESTIMENTO ESPECÍFICO				CUSTOS DE ESTRUTURA
		AT/MT	BT	IP	OUTROS	
1990	318,0	3 199,0	3 550,0	281,0	68,0	1 489,0
1991	380,0	3 853,8	3 727,0	371,0	82,6	1 566,1
1992	327,9	3 266,0	3 639,1	230,2	72,2	1 674,1
1993	553,8	3 584,8	4 735,4	363,1	174,0	1 874,5
1994	724,8	3 818,0	5 346,0	261,0	133,7	2 011,6

Investimento médio anual	460,9	3 544,3	4 199,5	301,3	106,1	1 723,1
-----------------------------	-------	---------	---------	-------	-------	---------

Preços de 1994

1990	465,1	4 678,7	5 192,0	411,0	99,5	2 177,7
1991	487,1	4 940,2	4 777,6	475,6	105,9	2 007,6
1992	370,7	3 691,9	4 113,6	260,2	81,6	1 892,4
1993	582,9	3 773,0	4 983,9	382,2	183,1	1 972,9
1994	724,8	3 818,0	5 346,0	261,0	133,7	2 011,6

Investimento médio anual	526,1	4 180,3	4 882,6	358,0	120,8	2 012,4
-----------------------------	-------	---------	---------	-------	-------	---------

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ANUAIS

ANO	Milhares de contos			Composição %	
	CUSTOS DIRECTOS	CUSTOS TÉCNICOS	CUSTO TOTAL	CUSTOS DIRECTOS	CUSTOS TÉCNICOS
1990	7 416,0	8 905,0	9 421,0	78,7	94,5
1991	8 414,4	9 980,6	10 368,7	81,2	96,3
1992	7 535,5	9 209,6	9 713,0	77,6	94,8
1993	9 411,3	11 285,8	11 834,7	79,5	95,4
1994	10 283,6	12 295,2	12 758,8	80,6	96,4

CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS

CONSUMOS FINAIS				
Rubricas	1993	1994	Variação 1994/93	
			Valor absoluto	%
NÚMERO DE CONSUMIDORES	792 923	813 709	20 786	2,6
Em muito alta tensão	-	3	3	-
Em alta tensão	15	21	6	40,0
Em média tensão	2 299	2 366	67	2,9
Em baixa tensão	790 609	811 319	20 710	2,6
CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)	3 545,1	3 987,7	442,6	12,5
Iluminação e outros usos	1 897,7	1 978,2	80,5	4,2
Domésticos	1 080,4	1 124,3	43,9	4,1
Não domésticos	817,3	853,9	36,6	4,5
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	189,4	208,9	19,5	10,3
Cozinha e aquecimento	-	0,1	0,1	-
Usos industriais	1 225,6	1 548,2	322,6	26,3
Usos agrícolas	123,9	138,3	14,4	11,6
Tracção	-	-	-	-
Electroquímica e electrometalurgia	-	-	-	-
Iluminação pública	108,5	114,0	5,5	5,1

BALANÇO ANUAL DA ENERGIA ELÉCTRICA

	GWh	
Rubrica	1993	1994
PRODUÇÃO	0,0	0,0
Hidráulica	0,0	0,0
Térmica	0,0	0,0
ENERGIA ENTRADA	3 939,9	4 336,7
Emissão para a rede	0,0	0,0
Energia recebida int. ao Grupo EDP:	3 842,7	4 200,9
REN	3 842,5	4 200,7
LTE	0,2	0,2
SLE (EA)		
Energia recebida de empresas ext. ao Grupo EDP	97,2	135,8
ENERGIA SAÍDA	3 603,7	3 997,1
SEM RECEITA DIRECTA DO EXTERIOR	59,5	4,0
Consumos próprios e forn. gratuitos	5,5	4,0
Fornecimentos internos ao Grupo EDP: (*)	54,0	0,0
VENDA DE ENERGIA	3 544,2	3 993,1
Autarquias	0,0	0,0
Outros distribuidores externos ao Grupo EDP	0,0	0,0
Fornecimentos directos a consumidores:	3 544,2	3 993,1
Muito Alta Tensão	0,0	249,9
Alta Tensão	699,2	745,4
Média Tensão	774,9	831,0
Baixa Tensão Especial	226,6	247,8
Baixa Tensão	1 843,5	1 919,0
sendo de: Iluminação Pública	108,5	114,0
Energia em contadores	4,6	9,4
PERDAS NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO	336,2	339,6
(%)	8,5	7,8
ENERGIA SAÍDA + PERDAS	3 939,9	4 336,7

(*) "Sem Receita Directa do Exterior" em 1993, incluídos em vendas em 1994

CONSUMOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS

Classes de Indústrias	1993 (GWh)			1994 (GWh)			Variações em % 1994/93		
	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL
20 - Indústrias extractivas	47,5	0,7	48,2	143,3	0,7	144,0	201,7	0,0	198,8
31 - Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	99,8	26,5	126,3	108,9	31,6	140,5	9,1	19,2	11,2
32 - Indústrias têxteis, do vestuário e do couro	4,8	3,9	8,7	5,0	3,7	8,7	4,2	-5,1	0,0
33 - Indústrias da madeira e da cortiça	43,4	4,9	48,3	44,6	5,5	50,1	2,8	12,2	3,7
34 - Ind. do papel, artes gráf. e edição de publicações	67,8	2,0	69,8	57,1	2,4	59,5	-15,8	20,0	-14,8
35 - Ind. químicas, dos deriv. do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico	371,0	1,4	372,4	374,1	1,5	375,6	0,8	7,1	0,9
36 - Ind. dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão	273,4	4,1	277,5	261,4	4,0	265,4	-4,4	-2,4	-4,4
37 - Ind. metalúrgicas de base	3,1	0,2	3,3	114,7	0,2	114,9	3600,0	0,0	3381,8
38 - Fabric. de prod. metálicos e de máquinas, equipam. e material de transporte	154,5	7,3	161,8	192,2	8,5	200,7	24,4	16,4	24,0
39 - Out. ind. transformadoras	3,5	6,2	9,7	75,8	6,3	82,1	2065,7	1,6	746,4
- Elevação de água para usos municipais	36,9	13,7	50,6	38,9	15,7	54,6	5,4	14,6	7,9
- Construção e obras públicas	18,7	30,5	49,2	20,0	32,3	52,3	7,0	5,9	6,3
TOTAL	1124,4	101,4	1225,8	1436,0	112,4	1548,4	27,7	10,8	26,3
Consumos agrícolas	41,8	82,2	124,0	44,4	93,8	138,2	6,2	14,2	11,5
TOTAL GERAL	1166,2	183,6	1349,8	1480,4	206,2	1686,6	26,9	12,3	25,0

DISTRIBUIÇÃO

INSTALAÇÕES EM SERVIÇO EM 94/12/31

Rubrica	EA	CDALG	CDALM	CDBJA	CDEV R	CDSTB	SLE
SUBESTAÇÕES							
Número de Subestações	75	-	-	-	-	-	75
Número de Transformadores	125	-	-	-	-	-	125
Potência instalada (MVA)	2 132,4	-	-	-	-	-	2 132,4
LINHAS (km)							
Aéreas							
AT (60/130 kV)	1 361,3	-	-	-	-	-	1 361,3
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	2 976,1	313,4	2 591,2	2 311,5	2 245,1	10 437,2
Cabos Subterrâneos							
AT (60 kV)	44,6	-	-	-	-	-	44,6
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	597,6	550,6	59,6	115,2	276,9	1 599,9
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO							
Unidades	-	3014	794	953	1074	1630	7465
Potência instalada (MVA)	-	774,0	316,1	137,3	147,5	403,5	1 778,4
REDES BT (km)							
Aéreas	-	5 898,2	1 610,3	2 475,6	1 819,8	2 557,8	14 361,7
Subterrâneas	-	1 961,3	760,4	435,2	220,3	464,7	3 842,0
CONTADORES (unidades)							
MAT + AT + MT	21	589	281	330	487	680	2 388
BT + BTE	-	267 613	211 445	80 893	84 611	166 757	811 319

RESUMO DAS INSTALAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1994

Rubrica	EA	CDALG	CDALM	CDBJA	CDEV R	CDSTB	SLE
SUBESTAÇÕES							
Número de Subestações	-	-	-	-	-	-	-
Número de Transformadores	4	-	-	-	-	-	4
Potência instalada (MVA)	45,5	-	-	-	-	-	45,5
LINHAS (km)							
Aéreas							
AT (60/130 kV)	174,6	-	-	-	-	-	174,6
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	176,8	2,7	102,1	159,1	77,9	518,6
Cabos Subterrâneos							
AT (60 kV)	2,7	-	-	-	-	-	2,7
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	85,2	35,7	7,9	19,0	20,8	168,5
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO							
Unidades	-	146	27	70	97	96	436
Potência instalada (MVA)	-	42,8	10,0	11,6	13,3	23,0	100,6
REDES BT (km)							
Aéreas	-	234,3	51,4	168,5	175,4	133,7	763,2
Subterrâneas	-	192,6	24,0	43,1	33,9	23,9	317,5
CONTADORES (unidades)							
	6	24 421	13 408	4 917	6 589	16 129	65 470

DISTRIBUIÇÃO

INSTALAÇÕES EM SERVIÇO EM 94/12/31

Rubrica	EA	CDALG	CDALM	CDBJA	CDEVF	CDSTB	SLE
SUBESTAÇÕES							
Numero de Subestações	75	-	-	-	-	-	75
Numero de Transformadores	125	-	-	-	-	-	125
Potência instalada (MVA)	2 132,4	-	-	-	-	-	2 132,4
LINHAS (km)							
Aéreas	-	-	-	-	-	-	-
AT (60/120 kV)	361,3	-	-	-	-	-	361,3
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	2 976,1	313,4	2 591,2	2 311,5	2 245,7	10 437,2
Cabos Subterrâneos	-	-	-	-	-	-	-
AT (60 kV)	44,6	-	-	-	-	-	44,6
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	597,6	550,6	59,6	115,2	276,9	599,9
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO							
Unidades	-	3014	794	953	1074	1630	7465
Potência instalada (MVA)	-	774,0	316,1	137,3	147,5	403,5	1 778,4
REDES BT (km)							
Aéreas	-	5 898,2	1 610,3	2 475,6	1 819,8	2 557,8	14 361,7
Subterrâneas	-	1 961,3	760,4	435,2	220,3	464,7	3 842,0
CONTADORES (unidades)							
MAT + AT + MT	21	589	281	330	487	680	2 388
BT + BTE	-	267 613	211 445	80 893	84 611	103 757	651 319

RESUMO DAS INSTALAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1994

Rubrica	EA	CDALG	CDALM	CDBJA	CDEVF	CDSTB	SLE
SUBESTAÇÕES							
Numero de Subestações	-	-	-	-	-	-	-
Numero de Transformadores	4	-	-	-	-	-	4
Potência instalada (MVA)	45,5	-	-	-	-	-	45,5
LINHAS (km)							
Aéreas	-	-	-	-	-	-	-
AT (60/120 kV)	174,6	-	-	-	-	-	174,6
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	176,8	2,7	102,1	159,1	77,9	461,6
Cabos Subterrâneos	-	-	-	-	-	-	-
AT (60 kV)	2,7	-	-	-	-	-	2,7
MT (<6/10/15/30/40 kV)	-	88,4	60,1	7,9	19,0	20,8	186,5
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO							
Unidades	-	195	87	70	97	96	545
Potência instalada (MVA)	-	100,0	40,0	11,6	13,3	23,0	197,9
REDES BT (km)							
Aéreas	-	195,4	10,4	168,5	175,4	133,7	763,2
Subterrâneas	-	10,0	4,0	43,1	33,9	23,9	317,5
CONTADORES							
MAT + AT + MT	1	195	108	4 917	6 589	16 129	25 440



SLE
Electricidade do Sul, S.A.

Sede Social: Rua D. Francisco Manuel de Melo, 23 A – 1070 LISBOA
Telef. (01) 350 00 00 – Fax (01) 388 80 37